

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**O IMPACTO DA RELAÇÃO CONJUGAL NO
INVESTIMENTO PARENTAL**

Marisa Cristiana Pardal Dinis

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde / Núcleo de Psicologia Clínica Dinâmica)

2016

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**O IMPACTO DA RELAÇÃO CONJUGAL NO
INVESTIMENTO PARENTAL**

Marisa Cristiana Pardal Dinis

Dissertação orientada pelo Professor Doutor João Manuel Rosado de Miranda Justo

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde / Núcleo de Psicologia Clínica Dinâmica)

2016

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor João Justo, pela compreensão, empatia e disponibilidade prestadas desde o início desta aventura. Pela humildade nas mensagens encorajadoras, pelas palavras otimistas, pelo apoio, pelos conhecimentos transmitidos e pela sabedoria que partilhou em todos os momentos. Sem dúvida que sem a confiança depositada, o respeito, a generosidade e a paciência que sempre estiveram presentes não seria possível chegar a bom termo.

À Academia do Mimo e à Associação Popular de Sobral de Monte Agraço pela disponibilidade com que acolheram este projecto, especialmente às colaboradoras pelo carinho com que me receberam.

Aos participantes desta investigação pela dedicação e pela partilha, pois em eles, nada disto seria possível.

A todos os colegas da faculdade que ao longo deste percurso estiveram presentes. Em especial à Ana, pelo carinho de sempre, pelas palavras de conforto, por todas as gargalhadas, pelos almoços e jantares, pelos passeios, pelos trabalhos em conjunto, pelas nossas vitórias, por tantas vezes estar comigo nos momentos mais difíceis. À Matilde, pelo companheirismo, pelo apoio, pela ajuda mútua, pela compreensão nos dois últimos anos.

A toda a minha família, por acreditarem em mim.

Um terno agradecimento à família Leandro, que me acolheu e me acompanhou desde o início desta longa caminhada. Em especial àquelas que foram o meu porto de abrigo, pela inocência das suas palavras, pelo amor dos seus actos, pelo carinho expresso nos seus olhos, pelo colo que me deixaram propositar, Sara e Matilde. À Margarida pela presença infundável, pela dedicação, pelo carinho dos seus gestos, por acreditar nas minhas capacidades, por no momento mais difícil desta aventura me ter dado a força que precisei.

Aos meus avós pela presença em todos os momentos, pelos ensinamentos, pelas histórias de vida, pela honestidade, pelos valores transmitidos, pelo orgulho que sempre tiveram nos meus feitos por mais pequenos que fossem. Em especial, minha querida avó Gertrudes, pela serenidade, pela compreensão da minha ausência, por partilhar todos os momentos comigo, pela presença, pela preocupação constante e pelo amor sincero.

À família José, por me ouvir, por se preocupar e por me estimar.

Aos meus pais, pelo apoio, pelo amor, pela dedicação. Por garantirem que nunca me faltaria nada, por lutarem por mim, por acompanharem de perto toda a minha caminhada, por nunca terem deixado de acreditar em mim, por festejarem todas as minhas vitórias. Por me deixarem sonhar e por sonharem comigo.

A ti mana, pelo amor que sabes dar, pela sinceridade dos teus afectos, pela verdade das tuas palavras, pela tua presença constante, pela ajuda, pelo teu empenho na minha felicidade, por seres única, por seres minha.

Ao Diogo, pelas vitórias em que estive presente, pelas derrotas em que ainda mais presente estive. Pelo amor de todos os momentos, pela partilha, pelo carinho com que ouviu os meus lamentos, pelos abraços e pela sinceridade, pela serenidade, pelas viagens, pelos passeios, por me fazer esquecer as lutas mais complicadas e por lutar ao meu lado. Por me fazer sentir especial, por batalhar todos os dias por nós, por suportar os piores dias deste desafio, pelo orgulho que sente por mim. Pela força inexplicável, por tudo.

A ti avó Lucinda, com muitas saudades.

Resumo

Objetivos: A presente investigação tem como objetivo analisar a relação entre a conjugalidade e o investimento parental. O objetivo central desta investigação relaciona-se com a compreensão do papel desempenhado pela conjugalidade ao nível da satisfação, do ajustamento e da coparentalidade no investimento parental. Isto é, compreender a relação conjugal dos participantes e analisar a possível existência de um impacto na forma como os pais investem o bebé.

Amostra: A amostra é constituída por 55 participantes, 26 mulheres e 29 homens (idades entre os 24 e os 57). Os participantes da investigação foram recrutados através de infantários na região de Sobral de Monte Agraço e de Odivelas.

Instrumentos: Questionário Sociodemográfico e Clínico, Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal (Narciso & Costa, 1996), Escala de Ajustamento Conjugal (Spanier, 1976; versão Portuguesa de Pereira, 2003), Questionário da Coparentalidade (Margolin et al., 2001; adaptado por Pedro & Ribeiro, 2008) e Escala de Investimento Parental (Martinho, Carnavaro & Ramos, 2008).

Hipóteses: Espera-se que algumas variáveis do ajustamento conjugal (Consenso Diádico, Satisfação Diádica e Coesão Diádica), da satisfação conjugal (Funções Familiares, Tempos Livres, Autonomia, Comunicação e Conflitos, Intimidade Emocional, Rede Social e Sexualidade) e da coparentalidade (Cooperação, Triangulação e Conflito) apresentem contributos significativos para a explicação da variância estatística das variáveis dependentes que decorrem do investimento parental (Prazer, Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança e Aceitação do Papel Parental).

Resultados: A hipótese relativa ao ajustamento conjugal não foi confirmada, sugerindo, portanto, que aquela variável não está relacionada com o investimento parental. As hipóteses relativas à satisfação conjugal e à coparentalidade foram parcialmente confirmadas; portanto, existem aspetos da satisfação conjugal e da coparentalidade que contribuem para a explicação da variância estatística do investimento parental.

Conclusão: Na satisfação conjugal, as variáveis Tempos Livres, Autonomia, Comunicação e Conflitos, Intimidade Emocional, Rede Social e Sexualidade, bem como a variável Triangulação da Coparentalidade, relacionam-se significativamente com as variáveis Prazer, Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança e Aceitação do Papel Parental relativas ao investimento parental.

Palavras-chave: Relação Conjugal, Satisfação Conjugal, Coparentalidade, Ajustamento Conjugal, Investimento Parental.

Abstract

Aims: This investigation aims to analyze the relationship between conjugality and parental investment. The main goal of this investigation is related with the understanding of the role played by satisfaction at conjugality, marital adjustment and co-parenting in parental investment. This means, to understand the participant's conjugal relation and to analyze the possible impact in the way that parents invest in a baby.

Sample: The sample is composed by 55 participants, 26 women and 29 men (aged between 24 and 57 years). Participants were recruited through kindergartens in the region of Sobral de Monte Agraço and Odivelas.

Instruments: Sociodemographic and Clinic Questionnaire, Areas of Conjugal Life Satisfaction Evaluation Scale (Narciso & Costa, 1996), Dyadic Adjustment Scale (Spanier, 1976; versão Portuguesa de Pereira, 2003), Co-parenting Questionnaire (Margolin et al., 2001; adaptado por Pedro & Ribeiro, 2008) and Parental Investment Scale (Martinho, Carnavaro & Ramos, 2008).

Hypothesis: It is expected that some variables of marital adjustment (Dyadic Consensus, Dyadic Satisfaction and Dyadic Cohesion), of marital satisfaction (Family Functions, Free Time, Autonomy, Communication and Conflicts, Emotional Intimacy, Social Network and Sexuality) and of co-parenting (Cooperation, Triangulation and Conflict) show significantly contributes for the explanation of the statistical variance of dependent variables related with parental investment (Pleasure, Sensitivity and Basic Knowledge of the Child's Needs and Acceptance of the Parental Role).

Results: The hypothesis concerning marital adjustment was not confirmed, suggesting that this one is not related with parental investment. Hypothesis concerning marital satisfaction and co-parenting were partially confirmed; there are some aspects of conjugal satisfaction and co-parenting that seem to explain the statistical variance of parental investment.

Conclusion: About conjugal satisfaction, variables Free Time, Autonomy, Communication and Conflicts, Emotional Intimacy, Social Network and Sexuality and Triangulation from co-parenting are related with parental investment, more specifically with Pleasure, Sensitivity and Basic Knowledge of the Child's Needs and Acceptance of the Parental Role.

Key-words: conjugal relationship, conjugal satisfaction, co-parenting, dyadic adjustment, parental investment.

Índice

1. Introdução Teórica	1
1.1. Relação Conjugal.....	1
1.2. Investimento Parental	3
1.3. Conflito Interparental	9
1.4. Impacto do Investimento Parental no Desenvolvimento da Criança.....	10
1.5. Coparentalidade	11
2. Problema de Investigação, Objetivo e Hipóteses	19
2.1. Problema de Investigação	19
2.2. Objetivos de Investigação.....	19
2.3. Relevância do Problema de Investigação	19
2.4. Hipóteses Gerais	19
3. Metodologia	21
3.1. Definição de Variáveis	21
3.2. Operacionalização das Variáveis.....	21
3.2.1. Questionário Sociodemográfico e Clínico	21
3.2.2. Questionário de Satisfação Conjugal (EASAVIC)	21
3.2.3. Escala de Ajustamento Conjugal (R-DAS).....	22
3.2.4. Questionário de Coparentalidade (QC).....	23
3.2.5. Escala de Investimento Parental na Criança (EIPC).....	24
3.2.6. Hipóteses Específicas.....	25
3.2.6.1. Hipóteses Específicas relativas à Mãe e ao Pai:	25
3.3. Delineamento do Estudo de Investigação.....	27
3.3.1. Definição da Amostra e Delineamento da Investigação	27
3.3.2. Procedimento de Recolha da Amostra	28
3.4. Tratamento estatístico dos dados	29

4. Resultados	31
4.1. Caracterização da amostra	31
4.2. Regressão Linear	33
4.3. Testagem das Hipóteses Específicas	34
4.3.1. Testagem das Hipóteses Específicas relativas às mães.....	34
4.3.1.1 Testagem das Hipóteses Específicas 1, 2, 3, 4, 5 e 6.....	34
4.3.1.2. Testagem das Hipóteses Específicas 7, 8 e 9.....	34
4.3.1.3. Testagem das Hipóteses Específicas 10, 11 e 12.....	34
4.3.1.4. Testagem da Hipótese Específica 13.	35
4.3.1.5. Testagem da Hipótese Específica 14	35
4.3.1.6. Testagem da Hipótese Específica 15	35
4.3.1.7. Testagem da Hipótese Específica 16	36
4.3.1.8. Testagem das Hipóteses Específicas 17 e 18.....	36
4.3.1.9. Testagem da Hipótese Específica 19	36
4.3.1.10. Testagem das Hipóteses Específicas 20, 21 e 22.....	37
4.3.1.11. Testagem da Hipótese Específica 23	37
4.3.1.12. Testagem da Hipótese Específica 24	37
4.3.1.13. Testagem da Hipótese Específica 25	37
4.2.1.14. Testagem da Hipótese Específica 26	38
4.3.1.15. Testagem da Hipótese Específica 27	38
4.1.3.16. Testagem da Hipótese Específica 28	39
4.3.1.17. Testagem da Hipótese Específica 29	39
4.3.1.18. Testagem da Hipótese Específica 30	39
4.2.1.19. Testagem das Hipóteses Específicas 31, 32, 33, 34 e 35.....	40
4.3.1.20. Testagem da Hipótese Específica 36	40
4.3.1.21. Testagem das Hipóteses Específicas 37, 38 e 39.....	40
4.3.2. Testagem das Hipóteses Específicas relativas aos pais	41

4.3.2.1. Testagem das Hipóteses Específicas 1, 2 e 3	41
4.3.2.2. Testagem da Hipótese Específica 4	41
4.3.2.3. Testagem das Hipóteses Específicas 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13	41
4.3.2.4. Testagem da Hipótese Específica 14	41
4.3.2.5. Testagem das Hipóteses Específicas 15 e 16.....	42
4.3.2.6. Testagem da Hipótese Específica 17	42
4.3.2.7. Testagem das Hipóteses Específicas 18, 19, 20, 21 e 22.....	42
4.3.2.8. Testagem da Hipótese Específica 23	43
4.3.2.9. Testagem das Hipóteses Específicas 24, 25 e 26.....	43
4.3.2.10. Testagem da Hipótese Específica 27	43
4.3.2.11. Testagem da Hipótese Específica 28	44
4.3.2.12. Testagem da Hipótese Específica 29	44
4.3.2.13. Testagem das Hipóteses Específicas 30, 31, 32, 33, 34, 35, 35, 36, 37, 38 e 39	44
5. Discussão e Conclusões	45
5.1. Limitações	49
Bibliografia	51

Índice de Tabelas

Tabela 1: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Tempos Livres, Variável Dependente EIPC Prazer.....	35
Tabela 2: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Tempos Livres, Variável Dependente EIPC Aceitação Do Papel Parental	35
Tabela 3: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Comunicação/Conflitos, Variável Dependente EIPC Prazer	36
Tabela 4: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Intimidade Emocional, Variável Dependente EIPC Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança.....	37
Tabela 5: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Rede Social, Variável Dependente EIPC Prazer.....	38
Tabela 6: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Rede Social, Variável Dependente EIPC Aceitação do Papel Parental.....	38
Tabela 7: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Sexualidade, Variável Dependente EIPC Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança.	39
Tabela 8: Análise de regressão, Variável Independente QC Triangulação, Variável Dependente EIPC Aceitação do Papel Parental.....	40
Tabela 9: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Tempos Livres, Variável Dependente EIPC Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança	41
Tabela 10: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Autonomia, Variável Dependente EIPC Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança	42
Tabela 11: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Intimidade Emocional, Variável Dependente EIPC Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança	43
Tabela 12: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Rede Social, Variável Dependente EIPC Aceitação do Papel Parental.....	43
Tabela 13: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Sexualidade, Variável Dependente EIPC Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança.	44

Índice de Anexos

- Anexo I.** Pedido de Colaboração à Clínica Pediátrica
- Anexo II.** Folha de Informação ao Participante
- Anexo III.** Consentimento Informado
- Anexo IV.** Pedido de Autorização para uso da Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal (EASAVIC)
- Anexo V.** Pedido de Autorização para uso da Escala de Ajustamento Conjugal (R-DAS)
- Anexo VI.** Pedido de Autorização para uso do Questionário de Coparentalidade (QC)
- Anexo VII.** Pedido de Autorização para uso da Escala de Investimento Parental na Criança (EIPC)
- Anexo VIII.** Questionário Sociodemográfico e Clínico
- Anexo IX.** Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal (EASAVIC)
- Anexo X.** Escala de Ajustamento Conjugal (R-DAS)
- Anexo XI.** Questionário de Coparentalidade (QC)
- Anexo XII.** Escala de Investimento Parental na Criança (EIPC)
- Anexo XIII.** Testagens do ajustamento à distribuição normal
- Anexo XIV.** Análise de consistência interna da escala Consenso Diádico (RDAS) (Mãe)
- Anexo XV.** Análise de consistência interna da escala Satisfação Diádica (RDAS) (Mãe)
- Anexo XVI.** Análise de consistência interna da escala Coesão Diádica (RDAS) (Mãe)
- Anexo XVII.** Análise de consistência interna da escala Funções Familiares (EASAVIC) (Mãe)
- Anexo XVIII.** Análise de consistência interna da escala Tempos Livres (EASAVIC) (Mãe)
- Anexo XIX.** Análise de consistência interna da escala Autonomia (EASAVIC) (Mãe)
- Anexo XX.** Análise de consistência interna da escala Comunicação/Conflitos (EASAVIC) (Mãe)
- Anexo XXI.** Análise de consistência interna da escala Intimidade Emocional (EASAVIC) (Mãe)
- Anexo XXII.** Análise de consistência interna da escala Rede Social (EASAVIC) (Mãe)
- Anexo XXIII.** Análise de consistência interna da escala Sexualidade (EASAVIC) (Mãe)
- Anexo XXIV.** Análise de consistência interna da escala Cooperação (QC) (Mãe)
- Anexo XXV.** Análise de consistência interna da escala Triangulação (QC) (Mãe)
- Anexo XXVI.** Análise de consistência interna da escala Conflito (QC) (Mãe)
- Anexo XXVII.** Análise de consistência interna da escala Prazer (Mãe)
- Anexo XXVIII.** Análise de consistência interna da escala Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) (Mãe)
- Anexo XXIX.** Análise de consistência interna da escala Aceitação do Papel Parental (EIPC) (Mãe)

Anexo XXX. Análise de consistência interna da escala Consenso Diádico (RDAS) (Pai)

Anexo XXXI. Análise de consistência interna da escala Satisfação Diádica (RDAS) (Pai)

Anexo XXXII. Análise de consistência interna da escala Coesão Diádica (RDAS) (Pai)

Anexo XXXIII. Análise de consistência interna da escala Funções Familiares (EASAVIC) (Pai)

Anexo XXXIV. Análise de consistência interna da escala Tempos Livres (EASAVIC) (Pai)

Anexo XXXV. Análise de consistência interna da escala Autonomia (EASAVIC) (Pai)

Anexo XXXVI. Análise de consistência interna da escala Comunicação/Conflitos (EASAVIC) (Pai)

Anexo XXXVII. Análise de consistência interna da escala Intimidade Emocional (EASAVIC) (Pai)

Anexo XXXVIII. Análise de consistência interna da escala Rede Social (EASAVIC) (Pai)

Anexo XXXIX. Análise de consistência interna da escala Sexualidade (EASAVIC) (Pai)

Anexo XL. Análise de consistência interna da escala Cooperação (QC) (Pai)

Anexo XLI. Análise de consistência interna da escala Triangulação (QC) (Pai)

Anexo XLII. Análise de consistência interna da escala Conflito (QC) (Pai)

Anexo XLIII. Análise de consistência interna da escala Prazer (EIPC) (Pai)

Anexo XLIV. Análise de consistência interna da escala Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) (Pai)

Anexo XLV. Análise de consistência interna da escala Aceitação do Papel Parental (EIPC) (Pai)

Anexo XLVI. Análise de Regressão: Hipótese Específica 1 (Mãe); VD Prazer (EIPC) e VI Consenso Diádico (RDAS)

Anexo XLVII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 2 (Mãe); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Consenso Diádico (RDAS)

Anexo XLVIII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 3 (Mãe); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Consenso Diádico (RDAS)

Anexo XLIX. Análise de Regressão: Hipótese Específica 4 (Mãe); VD Prazer (EIPC) e VI Satisfação Diádica (RDAS)

Anexo L. Análise de Regressão: Hipótese Específica 5 (Mãe); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Satisfação Diádica (RDAS)

Anexo LI. Análise de Regressão: Hipótese Específica 6 (Mãe); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Satisfação Diádica (RDAS)

Anexo LII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 7 (Mãe); VD Prazer (EIPC) e VI Coesão Diádica (RDAS)

Anexo LIII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 8 (Mãe); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Coesão Diádica (RDAS)

Anexo LIV. Análise de Regressão: Hipótese Específica 9 (Mãe); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Coesão Diádica (RDAS)

Anexo LV. Análise de Regressão: Hipótese Específica 10 (Mãe); VD Prazer (EIPC) e VI Funções Familiares (EASAVIC)

Anexo LVI. Análise de Regressão: Hipótese Específica 11 (Mãe); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Funções Familiares (EASAVIC)

Anexo LVII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 12 (Mãe); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Funções Familiares (EASAVIC)

Anexo LVIII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 13 (Mãe); VD Prazer (EIPC) e VI Tempos Livres (EASAVIC)

Anexo LIX. Análise de Regressão: Hipótese Específica 14 (Mãe); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Tempos Livres (EASAVIC)

Anexo LX. Análise de Regressão: Hipótese Específica 15 (Mãe); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Tempos Livres (EASAVIC)

Anexo LXI. Análise de Regressão: Hipótese Específica 16 (Mãe); VD Prazer (EIPC) e VI Autonomia (EASAVIC)

Anexo LXII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 17 (Mãe); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Autonomia (EASAVIC)

Anexo LXIII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 18 (Mãe); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Autonomia (EASAVIC)

Anexo LXIV. Análise de Regressão: Hipótese Específica 19 (Mãe); VD Prazer (EIPC) e VI Comunicação/Conflito (EASAVIC)

Anexo LXV. Análise de Regressão: Hipótese Específica 20 (Mãe); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Comunicação/Conflito (EASAVIC)

Anexo LXVI. Análise de Regressão: Hipótese Específica 21 (Mãe); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Comunicação/Conflito (EASAVIC)

Anexo LXVII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 22 (Mãe); VD Prazer (EIPC) e VI Intimidade Emocional (EASAVIC)

Anexo LXVIII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 23 (Mãe); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Intimidade Emocional (EASAVIC)

Anexo LXIX. Análise de Regressão: Hipótese Específica 24 (Mãe); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Intimidade Emocional (EASAVIC)

Anexo LXX. Análise de Regressão: Hipótese Específica 25 (Mãe); VD Prazer (EIPC) e VI Rede Social

(EASAVIC)

Anexo LXXI. Análise de Regressão: Hipótese Específica 26 (Mãe); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Rede Social (EASAVIC)

Anexo LXXII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 27 (Mãe); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Rede Social (EASAVIC)

Anexo LXXIII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 28 (Mãe); VD Prazer (EIPC) e VI Sexualidade (EASAVIC)

Anexo LXXIV. Análise de Regressão: Hipótese Específica 29 (Mãe); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Sexualidade (EASAVIC)

Anexo LXXV. Análise de Regressão: Hipótese Específica 30 (Mãe); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Sexualidade (EASAVIC)

Anexo LXXVI. Análise de Regressão: Hipótese Específica 31 (Mãe); VD Prazer (EIPC) e VI Cooperação (QC)

Anexo LXXVII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 32 (Mãe); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) (Mãe) e VI Cooperação (QC)

Anexo LXXVIII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 33 (Mãe); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Cooperação (QC)

Anexo LXXIX. Análise de Regressão: Hipótese Específica 34 (Mãe); VD Prazer (EIPC) e VI Triangulação (QC)

Anexo LXXX. Análise de Regressão: Hipótese Específica 35 (Mãe); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Triangulação (QC)

Anexo LXXXI. Análise de Regressão: Hipótese Específica 36 (Mãe); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Triangulação (QC)

Anexo LXXXII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 37 (Mãe); VD Prazer (EIPC) e VI Conflito (QC)

Anexo LXXXIII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 38 (Mãe); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Conflito (QC)

Anexo LXXXIV. Análise de Regressão: Hipótese Específica 39 (Mãe); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Conflito (QC)

Anexo LXXXV. Análise de Regressão: Hipótese Específica 1 (Pai); VD Prazer (EIPC) e VI Consenso Diádico (RDAS)

Anexo LXXXVI. Análise de Regressão: Hipótese Específica 2 (Pai); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Consenso Diádico (RDAS)

Anexo LXXXVII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 3 (Pai); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Consenso Diádico (RDAS)

Anexo LXXXVIII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 4 (Pai); VD Prazer (EIPC) e VI Satisfação Diádica (RDAS)

Anexo LXXXIX. Análise de Regressão: Hipótese Específica 5 (Pai); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Satisfação Diádica (RDAS)

Anexo XC. Análise de Regressão: Hipótese Específica 6 (Pai); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Satisfação Diádica (RDAS)

Anexo XCI. Análise de Regressão: Hipótese Específica 7 (Pai); VD Prazer (EIPC) e VI Coesão Diádica (RDAS)

Anexo XCII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 8 (Pai); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Coesão Diádica (RDAS).

Anexo XCIII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 9 (Pai); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Coesão Diádica (RDAS)

Anexo XCIV. Análise de Regressão: Hipótese Específica 10 (Pai); VD Prazer (EIPC) e VI Funções Familiares (EASAVIC)

Anexo XCV. Análise de Regressão: Hipótese Específica 11 (Pai); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Funções Familiares (EASAVIC)

Anexo XCVI. Análise de Regressão: Hipótese Específica 12 (Pai); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Funções Familiares (EASAVIC)

Anexo XCVII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 13 (Pai); VD Prazer (EIPC) e VI Tempos Livres (EASAVIC)

Anexo XCVIII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 14 (Pai); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Tempos Livres (EASAVIC)

Anexo XCIX. Análise de Regressão: Hipótese Específica 15 (Pai); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Tempos Livres (EASAVIC)

Anexo C. Análise de Regressão: Hipótese Específica 16 (Pai); VD Prazer (EIPC) e VI Autonomia (EASAVIC)

Anexo CI. Análise de Regressão: Hipótese Específica 17 (Pai); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (Pai) e VI Autonomia (EASAVIC)

Anexo CII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 18 (Pai); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Autonomia (EASAVIC)

Anexo CIII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 19 (Pai); VD Prazer (EIPC) e VI Comunicação/Conflito (EASAVIC)

Anexo CIV. Análise de Regressão: Hipótese Específica 20 (Pai); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Comunicação/Conflito (EASAVIC)

Anexo CV. Análise de Regressão: Hipótese Específica 21 (Pai); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Comunicação/Conflito (EASAVIC)

Anexo CVI. Análise de Regressão: Hipótese Específica 22 (Pai); VD Prazer (EIPC) e VI Intimidade Emocional (EASAVIC)

Anexo CVII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 23 (Pai); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Intimidade Emocional (EASAVIC)

Anexo CVIII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 24 (Pai); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Intimidade Emocional (EASAVIC)

Anexo CIX. Análise de Regressão: Hipótese Específica 25 (Pai); VD Prazer (EIPC) e VI Rede Social (EASAVIC)

Anexo CX. Análise de Regressão: Hipótese Específica 26 (Pai); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Rede Social (EASAVIC)

Anexo CXI. Análise de Regressão: Hipótese Específica 27 (Pai); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Rede Social (EASAVIC)

Anexo CXII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 28 (Pai); VD Prazer (EIPC) e VI Sexualidade (EASAVIC)

Anexo CXIII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 29 (Pai); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Sexualidade (EASAVIC)

Anexo CXIV. Análise de Regressão: Hipótese Específica 30 (Pai); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Sexualidade (EASAVIC)

Anexo CXV. Análise de Regressão: Hipótese Específica 31 (Pai); VD Prazer (EIPC) e VI Cooperação (QC)

Anexo CXVI. Análise de Regressão: Hipótese Específica 32 (Pai); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) (Pai) e VI Cooperação (QC)

Anexo CXVII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 33 (Pai); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Cooperação (QC)

Anexo CXVIII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 34 (Pai); VD Prazer (EIPC) e VI

Triangulação (QC)

Anexo CXIX. Análise de Regressão: Hipótese Específica 35 (Pai); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Triangulação (QC)

Anexo CXX. Hipótese Específica 36 (Pai); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Triangulação (QC)

Anexo CXXI. Análise de Regressão: Hipótese Específica 37 (Pai); VD Prazer (EIPC) e VI Conflito (QC)

Anexo CXXII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 38 (Pai); VD Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (EIPC) e VI Conflito (QC)

Anexo CXXIII. Análise de Regressão: Hipótese Específica 39 (Pai); VD Aceitação do Papel Parental (EIPC) e VI Conflito (QC)

1. Introdução Teórica

1.1. Relação Conjugal

A conjugalidade refere-se à díade conjugal que compõe um espaço de apoio ao desenvolvimento familiar. Este modelo de funcionamento de casal resulta do modelo de integração do modelo de conjugalidade construído na família de origem e sofre diversas alterações ao longo da evolução do sistema familiar. No sub-sistema conjugal, composto por marido e mulher, a complementaridade e a adaptação recíproca são aspectos importantes do seu funcionamento. Uma das suas funções é o desenvolvimento de limites ou fronteiras que protejam o casal da intrusão de outros membros, proporcionando a satisfação das necessidades psicológicas, constituindo uma plataforma de suporte para o casal lidar com o stress intra e extra familiar. Também é vital para os filhos, servindo-lhes de modelo relacional (Sousa, 2006).

A formação da conjugalidade envolve diversos níveis do relacionamento e contextos que resultam na definição psicossocial de uma relação afetiva estável. Vários autores de estudos sobre a família e o casamento, como Berger e Kellner (1964; cit. in Féres-Carneiro & Neto, 2010), Féres-Carneiro (2008; cit. in Féres-Carneiro & Neto, 2010), Féres-Carneiro e Diniz Neto (2008; cit. in Féres-Carneiro & Neto, 2010) e Grandesso (2000; cit. in Féres-Carneiro & Neto, 2010), abordam a conjugalidade como um processo de construção de uma realidade comum. Cada parceiro, ao envolver-se numa relação a dois, experimenta uma reconstrução da sua realidade individual, criando referências comuns e uma identidade conjugal. Esta relação é construída a partir de trocas verbais e não-verbais entre os parceiros que organizam as suas ações recíprocas, comprometendo-se com a construção de uma história comum. Socialmente, evoca-se a ideia do casal como um par associado por vínculos afetivos e sexuais de base estável, com um forte compromisso de apoio recíproco, com o objetivo de formar uma nova família incluindo, se possível, filhos (Féres-Carneiro & Neto, 2010). A relação conjugal dá-se, portanto, dentro de um contexto socio-histórico e, também, familiar no qual o indivíduo se socializa. O casal e a família devem ser considerados como sistemas abertos (Bertalanffy, 1968; cit. in Narciso & Ribeiro, 2009), devem ser ponderadas as influências da família de origem e da família alargada nas diversas gerações e da comunidade. Cada casal segue o seu percurso no tempo, o seu ciclo de vida familiar, definido por um conjunto de acontecimentos que, apesar de algumas variações contextuais de tempo e espaço, são tendencialmente universais, indutores de mudança e de adaptação do sistema familiar, como é o caso do casamento e da paternidade, passando a constituir referências de base na construção do projeto de vida de cada indivíduo (Narciso & Ribeiro, 2009).

Assim, a relação conjugal tem início com a concepção de um território comum, no qual começam a ser compartilhadas experiências que produzem formas de interação social significativas para o casal, relativizadas pela experiência de construção psicossocial de cada indivíduo. O aspecto de constituição da conjugalidade deve ser visto como contínuo e não meramente envolvendo as fases iniciais de um relacionamento amoroso, pois são os padrões de relacionamento que mantêm a conjugalidade e a sua qualidade, ao longo do tempo, permitindo que aquela resista às diversas circunstâncias que originam as mudanças previsíveis e imprevisíveis do ciclo de vida (Féres-Carneiro, 2003; McGoldrick, 1989/1995; Mosmann, Wagner, & Féres-Carneiro, 2006; cit. in Féres-Carneiro & Neto, 2010). A constituição e a manutenção do casamento contemporâneo são muito influenciadas pelos valores do individualismo. Os ideais contemporâneos de relação conjugal enfatizam mais a autonomia e a satisfação de cada cônjuge do que os laços de dependência entre eles. A constituição do casal leva à concepção de uma zona comum de interação, de uma identidade conjugal, o que se traduz num confronto de duas forças paradoxais. Se por um lado existe a individualidade de cada um que constitui a relação, por outro existe a conjugalidade que se traduz no conjunto das duas individualidades. Se, por um lado, os ideais individualistas estimulam a autonomia dos cônjuges, enfatizando que o casal deve sustentar o crescimento e o desenvolvimento de cada um, por outro, surge a necessidade de vivenciar a conjugalidade, a realidade comum do casal, os desejos e os projetos conjugais (Féres-Carneiro, 1998). Segundo Singly (1993; cit. in Féres-Carneiro, 1998), ao abordar as características individualistas da família e dos casais contemporâneos, surge a importância da qualidade das relações estabelecidas entre os seus membros. Na visão de este autor, a relação conjugal mantém-se estável enquanto for prazerosa para os cônjuges.

Segundo Falcke, Diehl e Wagner (2002) é importante que os parceiros adquiram um equilíbrio entre os espaços dedicados a si próprios e os espaços conjuntos, o qual será alterado em função das questões inerentes à vivência de cada etapa do relacionamento conjugal e do ciclo vital.

Numa visão mais relacional, Giddens (1992) aborda a transformação da intimidade nas sociedades ocidentais, referindo que os ideais do amor romântico, relacionados com a liberdade individual e a autorrealização, desligam os indivíduos das relações sociais e familiares mais amplas. Os indivíduos, segundo estes ideais do amor romântico, dedicam-se com mais clareza à esfera do relacionamento conjugal que passa, assim, a ser a esfera mais prioritária para o indivíduo. O autor citado sugere ainda que o amor romântico, desde a sua origem, origina a questão da intimidade e supõe uma comunicação psíquica, um encontro que tem um caráter reparador. O autor considera que, na relação conjugal baseada num amor romântico, o outro preenche um vazio que o próprio indivíduo, algumas vezes, nem conhece e, ao instaurar-se uma relação amorosa, o indivíduo fragmentado sente-se inteiro.

O amor e o casamento parecem ser a principal fonte de felicidade individual na vida. A satisfação conjugal parece contribuir mais para o bem-estar pessoal do que o sucesso pessoal, a religião ou os bens materiais (Narciso & Ribeiro, 2009).

A satisfação conjugal resultará de uma avaliação pessoal do casamento, o casal sentirá maior ou menor satisfação ao avaliar a qualidade do seu casamento, o seu desempenho na relação e o desempenho da própria relação. O nível dessa satisfação irá influenciar a qualidade da mesma e esta, por sua vez, irá influenciar a satisfação, estabelecendo-se um ciclo de estímulos recíprocos (Narciso & Ribeiro, 2009). Deste modo, analisar a satisfação conjugal implica compreender a avaliação dos cônjuges relativamente ao seu desempenho na relação e relativamente ao desempenho da relação, isto é, a sua perceção sobre a qualidade conjugal. Whisman (1997; cit. in Narciso & Ribeiro, 2009) propõe um Modelo Integrativo apresentando uma classificação dos fatores que influenciam a satisfação (interpessoais, intrapessoais e contextuais), acentuando as suas influências recíprocas e estabelecendo a possibilidade de influências diretas ou mediadas sobre a satisfação conjugal.

Segundo Narciso (2001; cit. in Narciso e Ribeiro, 2009), podem distinguir-se três fatores influentes na satisfação conjugal, sendo eles, fatores centrípetos, fatores centrífugos e fatores de tempo ou de percurso de vida. Os *fatores centrípetos* são aqueles que são gerados mais diretamente pela relação conjugal e que dela são geradores. Aqui, são incluídos os processos afetivos, os processos operativos ou comportamentais e os processos cognitivos. Este é o fator que mais diretamente influencia a satisfação conjugal, sendo o espelho central da relação e corresponde, assim, à qualidade conjugal. Os *fatores centrífugos* são os mais periféricos relativamente à relação conjugal, embora a influenciem e sofram, também, a sua influência. Aqui, estão incluídos os fatores pessoais, os fatores contextuais e os fatores demográficos. No *fator tempo* ou *percurso de vida conjugal*, são incluídos o tempo de duração do casamento, as etapas normativas e os acontecimentos de vida ditos não normativos, afetando quer os fatores centrípetos quer os fatores centrífugos e sendo afetado por eles, também.

Da relação conjugal, resultante de um querer livre de homem e mulher, partem todas as outras, como a paternidade, a maternidade, a filiação, a fraternidade e o parentesco (Narciso & Ribeiro, 2009).

1.2. Investimento Parental

O desenvolvimento de laços afetivos com uma figura cuidadora é das primeiras tarefas de desenvolvimento de um bebé. Bowlby (1958, 1973, 1979), na sua teoria sobre a natureza e a origem da vinculação da criança à mãe, defendeu que a evolução da espécie resolveu o problema da necessidade de proteção e apoio inerente à sobrevivência do ser humano, fornecendo ao bebé um

sistema de comportamentos que asseguram a proximidade do adulto. O objetivo do sistema de vinculação é a regulação dos comportamentos destinados a alcançar ou a manter a proximidade e o contacto com a figura de vinculação sendo que o principal objetivo da criança neste sistema é garantir a segurança. A dinâmica entre estes dois objetivos, manutenção da proximidade e obtenção de segurança, traduz-se na utilização da figura de vinculação como base segura, para explorar o ambiente em alturas tranquilas e como porto de abrigo em alturas conturbadas.

Progressivamente, a criança elabora um conjunto de expectativas acerca do próprio, dos outros e do mundo em geral, que correspondem à interiorização de características das suas interações com os pais, que Bowlby (1973; cit. in Rodrigues, Figueiredo, Pacheco, Costa, Cabeleira & Magarinho, 2012) designou de “*internal working models*”, modelos representacionais ou modelos internos dinâmicos, descrevendo-os como “representações mentais, conscientes e inconscientes, do mundo e de si próprio que ajudam o indivíduo a perceber os acontecimentos e a antever e arquitetar planos para o futuro”. Estes modelos formam importantes grelhas de leitura na interpretação e na previsão de comportamentos, influenciando os padrões de interação nas relações de proximidade emocional. Sendo, ainda, sistemas afectivamente carregados que regulam o sistema comportamental da vinculação que tendem a resistir à mudança e a influenciar o comportamento na vida adulta, embora sejam sensíveis a transformações, resultantes de alterações nas interações do indivíduo com o meio (Rodrigues et al., 2012). Embora a criança participe neste processo de construção de uma matriz social com o adulto, as contribuições de ambos são assimétricas. Isto é, a criança depende dos comportamentos da figura cuidadora e das suas qualidades como a sensibilidade e a responsividade que se organizam no sistema de prestação de cuidados (Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, 1978). Estes dois sistemas são, assim, complementares na medida em que se articulam num mesmo panorama e com dois sujeitos, um adulto prestador de cuidados e uma criança que os recebe e reforça com as suas mensagens, normalmente unidos por filiação (Gameiro, Martinho, Canavarro, & Moura-Ramos, 2008).

Neste contexto, as perspetivas evolucionistas têm realçado o papel que os pais assumem no desenvolvimento psicossocial dos seus filhos, definindo os cuidados parentais como um investimento que os progenitores realizam de forma individual e diferenciada relativamente a cada um dos seus filhos (Clutton-Brock, 1991). O contributo do lado adulto da relação de vinculação tem vindo cada vez mais a ser tido em conta. Deste modo, Bradley, Whiteside-Mansell, Brisby e Caldwell (1997) optaram por utilizar o termo investimento socioemocional, em substituição do termo vinculação. Na visão de estes autores, o adulto contribui de facto para a manutenção da proximidade em relação à criança, mas os seus comportamentos parecem basear-se mais num desejo de proteger e na tendência para afiliar, relacionados com um sentido de identidade e de realização parental.

O conceito de investimento socioemocional na criança manifesta-se na quantidade de alegria e prazer que o pai ou a mãe têm quando estão com o filho, no desejo de estar com ele, nas expressões de afeto que lhe fazem, na sensibilidade e responsividade às suas necessidades, no grau de preocupação com o seu bem-estar, na aceitação do papel parental e, finalmente, nas escolhas consistentes por parte dos pais em proceder no melhor interesse da criança (Bradley et al. 1997).

Algumas investigações no campo da vinculação tendem a mostrar que os pais que investem mais na sua criança também lhe propiciam cuidados mais sensíveis, aumentando a probabilidade de esta desenvolver uma vinculação segura o que, por sua vez, aumenta a probabilidade de a criança, no futuro, estabelecer relações positivas com os pais, com os pares e com os outros significativos; mais especificamente, com os seus próprios descendentes (Gameiro et al., 2008).

Vários investigadores indicam que, quando existem condições de *stress* ou quando os recursos disponíveis são escassos, os pais tendem a reduzir o investimento nos seus filhos e, por isso, estes podem crescer num ambiente de maior privação emocional onde a probabilidade de se desenvolverem relações de vinculação inseguras é maior. Mais tarde, estes filhos poderão fazer um investimento limitado nos seus próprios descendentes (Belsky, 1997).

Nesta perspetiva, e segundo a teoria do apego contemporânea, os indivíduos com histórico de vinculação segura lidam com o stress com mais sucesso do que aqueles com história de vinculação insegurança, assim como os indivíduos que beneficiaram de uma vinculação segura, no futuro, vão ser mais motivados para estabelecer e manter relações interpessoais mais estáveis. Isto poderá levar a prever um casamento mais harmonioso na idade adulta, assim como práticas parentais sensíveis e de promoção de segurança quando existe uma história de investimento seguro (Belsky & Cassidy, 1994; cit. in Belsky, 1997). Esta ligação teórica da experiência de relação pais-filho na infância com os padrões de conjugalidade e parentalidade na idade adulta sugere a hipótese de que o sistema de apego, para além de promover a segurança e a sobrevivência na infância, pode promover uma boa adaptação reprodutiva na vida adulta. (Bowlby 1969; cit. in Belsky 1997).

Estabelecem-se, assim, ciclos intergeracionais de transmissão de cuidados parentais que só são passíveis de modificação quando as circunstâncias da ecologia humana se alteram (Belsky, 1984; Bronfenbrenner, 1979).

Segundo Gameiro e colaboradores (2008), espera-se que os sujeitos que sentem menor ansiedade na gestão das questões interpessoais, que se sentem confortáveis com a proximidade e intimidade em relação a terceiros e que confiam nos outros, apresentando um estilo de vinculação seguro, tendem a conotar mais positivamente o seu papel parental e a ser mais sensíveis na prestação de cuidados parentais. É, ainda, esperado que a recordação de práticas parentais positivas, como o suporte emocional, esteja positivamente relacionada com o investimento parental na criança e que a recordação de práticas parentais negativas, como a rejeição e a sobreproteção, esteja

negativamente relacionada com este constructo. Ainda segundo estes autores, existem outros fatores contextuais que podem ter influência nos cuidados parentais prestados. Diferentes estudos apontam para o papel protetor que uma relação conjugal estável e satisfatória pode assumir, bem como para o papel de uma rede social forte. A falta de recursos sociais, o maior número de filhos e o temperamento difícil do bebé são alguns fatores que podem contribuir para maiores dificuldades no investimento parental.

Segundo Trivers (1974; cit. in Barrett, Dunbar, & Lycett, 2002), o investimento parental é aquele que o sujeito faz em cada descendente, aumentando as hipóteses de sobrevivência deste último à custa da capacidade de investir noutros descendentes atuais ou futuros. Numa perspetiva sociobiológica, o investimento parental na criança refere-se à forma como os pais canalizam os seus recursos para os seus filhos, de forma não apenas a garantir o seu sucesso reprodutivo mas também o acesso a recursos que lhes permitam desempenhar as suas próprias funções de pais (Greenberg, & Goldberg, 1989). Na perspetiva da psicologia do desenvolvimento, este investimento está relacionado com o grau em que o adulto se empenha na sua tarefa paterna ou materna, no sentido de proporcionar um desenvolvimento ótimo à criança

Em situações ideais de parentalidade, os pais apoiam, acompanham e controlam de forma adequada as atividades e os comportamentos dos seus filhos (Simons, 1996; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000). Em situações de hostilidade e de interações conflituosas, a negatividade da agressão conjugal pode expandir-se para a relação parental (Caspi & Elder, 1988; Conger et al., 1993; Erel & Burman, 1995; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000). Os pais inseridos em relações conjugais agressivas podem tentar controlar os seus filhos, utilizando formas verbais e físicas críticas e de punição, como gritar, ameaçar, espancar, bater e empurrar (Conger, Ge, Elder, Lorenz, & Simons, 1994; Conger et al., 1991; Hetherington & Clingempeel, 1992; Holden & Ritchie, 1991; Jenkins & Smith, 1991; Jouriles, Barling, & O'Leary, 1987; Jouriles & LeCompte, 1991; Stoneman et al., 1989; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000).

Os pais que são hostis um com o outro podem ser inconsistentes, não estruturados, indiferentes e monitores ineficazes das atividades dos seus filhos. As diferenças nas estratégias de parentalidade entre os pais parecem tornar-se mais pronunciadas quando o conflito interparental é hostil, criando potencialmente um ambiente incerto e não-estruturado para a criança (Hetherington, 1979; Holden & Ritchie, 1991; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000). Os pais com relações inconsistentes não podem usar estratégias de disciplina semelhantes entre si ou impôr regras semelhantes enquanto casal (inconsistência interparental) ou, então, um ou ambos os pais podem assumir táticas disciplinares diferentes em situações que aparentemente não justificam essa diferença (inconsistência intraparental). A inconsistência pode ser uma consequência da falta de comunicação dos pais um com o outro devido à negatividade associada ao seu conflito conjugal

(Stoneman et al., 1989, citado por Krishnakumar & Buehler, 2000). Os pais envolvidos em conflitos conjugais podem colocar os seus filhos em risco por não prestarem atenção às suas atividades ou por criarem um ambiente social incerto (Fauber et al., 1990; Patterson, 1982; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000).

O apoio e aceitação da criança por parte dos pais também pode diminuir quando existem relações interparentais hostis (Burman et al., 1987; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000). Os pais podem vivenciar uma capacidade diminuída para enfrentar os desafios da parentalidade e a frustração no relacionamento conjugal e isso pode resultar numa indisponibilidade emocional para investir nas tarefas parentais (Biller & Solomon, 1986; Dunn, 1988; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000).

Vários investigadores conceptualizaram e operacionalizaram a parentalidade como uma qualidade global, agregando aspetos do apoio e do controlo (Forehand, McCombs, Brody & Fauber, 1988; Peterson & Zill, 1986; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000).

Os mecanismos de influência que podem ser usados para compreender a associação entre conflito interparental e os comportamentos parentais podem ser extraídos a partir de vários paradigmas teóricos oriundos da aprendizagem social, da psicologia psicodinâmica, da psicologia sistémica e da abordagem do stress familiar. Existem três hipóteses que têm a sua base nestas teorias e têm dominado a literatura na área: (a) a hipótese de contágio, (b) a hipótese compensatória, e (c) a hipótese de compartimentação. A "hipótese de contágio" sugere que as emoções, os afetos e a disposição gerados nas relações conjugais podem influenciar a relação pai-filho (Erel & Burman, 1995; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000). Num relacionamento conjugal saudável, o clima positivo e o afeto gerado pelo relacionamento permitem que os pais se envolvam em práticas parentais ideais, envolventes, consistentes e proporcionadoras de comportamentos igualmente positivos. No entanto, o afeto e a disposição gerados pelas interações conjugais hostis são geralmente de raiva e frustração associando-se a interações disfuncionais entre pais e filhos (Krishnakumar & Buehler, 2000). A perspetiva de aprendizagem social sugere que os pais não possuem habilidades interpessoais base e que esse *deficit* básico afeta negativamente tanto as relações conjugais e como as relações entre pais e filhos. Nestes *deficits* nucleares estão incluídos a falta de paciência e de tolerância. Teoricamente, o conflito conjugal tanto aumenta a irritabilidade dos pais como reduz o seu limiar para tolerar o mau comportamento das crianças. O comportamento modelado pelos pais dentro do seu relacionamento conjugal espelha o tipo de interações que possuem com os seus filhos (Emde & Easterbrooks, 1985; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000). Dependendo do estado emocional dos pais depois de vivenciarem as situações de conflito parental (que podem variar de frustração e raiva até à desesperança), prevê-se que exista: (a) menos elogios, encorajamento ou apoio empático com os filhos, (b) instruções punitivas, (c) instruções

inconsistentes e (d) um acompanhamento deficiente (Krishnakumar & Buehler, 2000). Ainda, segundo a perspectiva da teoria do stresse familiar, as reações dos pais aos acontecimentos stressantes do casamento podem resultar em práticas parentais perturbadas (Emde & Easterbrooks, 1985; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000). Os defensores da perspectiva do sistema familiar propõem que os pais, por vezes, negam os seus problemas no relacionamento conjugal e concentram-se em problemas reais ou imaginários da criança. Este fenómeno foi designado pelos investigadores do sistema familiar como “*bode expiatório*” (Haley, 1976; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000). Perante a insatisfação no relacionamento marital, os pais podem criar, manter e, ou, até agravar problemas de comportamento reais ou imaginários dos seus filhos. Esta prática parental pode criar uma solidariedade artificial no relacionamento conjugal, resultando na procura, por parte dos pais, de falhas nos filhos (Nichols, 1984; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000) ou rejeição da criança (Fauber et al., 1990; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000). A “hipótese compensatória” sugere que os pais, em situações conjugais conflituosas, podem neutralizar os seus sentimentos de rejeição e insatisfação no subsistema conjugal ao investirem e envolverem-se fortemente na relação pai-filho (Engfer, 1988; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000). Como indicado por alguns investigadores dos sistemas familiares, os sentimentos de rejeição dos pais por parte do cônjuge podem levar a que um dos pais desenvolva um comportamento para com o filho que facilite a obtenção de um aliado afetuoso e solidário (ou seja, a triangulação) (Brody, Pillegrini, & Sigel, 1986; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000). Muitas vezes, essas relações fechadas são marcadas por uma benevolência excessiva e por práticas parentais negligentes que resultam em pais que perdem o controlo eficaz da criança. Explicações semelhantes são, também, utilizadas por alguns investigadores numa perspectiva psicanalítica, propondo que os pais que vivenciam relações conflituosas satisfazem as suas necessidades de intimidade negada no relacionamento conjugal através da promoção do vínculo pai/mãe-filho (Cohen, Cohler, & Weissman, 1984; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000). A “hipótese de compartimentação” sugere que, face aos conflitos conjugais, os pais são capazes de compartimentar o seu casamento e os papéis parentais. A partir de esta perspectiva, os pais são capazes de manter a negatividade e os sentimentos maus estabelecidos por um casamento infeliz dentro dos limites do seu casamento, não existindo transferência da negatividade conjugal para o seu papel parental. Eles continuam a ser pais eficazes, mesmo nas circunstâncias conjugais mais difíceis (Krishnakumar & Buehler, 2000).

Um estudo que mediu a associação entre conflito interparental e investimento parental (Krishnakumar & Buehler, 2000), através de resultados provenientes de 39 artigos e que compreenderam 138 efeitos estatísticos, confirmou uma relação negativa entre conflito interparental e práticas parentais. Os resultados indicaram que a preocupação dos pais com o seu conflito conjugal prejudica a maioria das dimensões das suas práticas de educação infantil sendo

que o impacto mais forte se faz sentir nas áreas da disciplina severa e da aceitação. Além disso, a associação foi mais forte quando a hostilidade interparental foi examinada do que quando foi analisada apenas a mera presença de desacordo entre os pais. Ainda numa revisão meta-analítica da associação entre qualidade conjugal e relações globais pais-filho, Erel e Burman (1995; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000) encontraram um efeito estatístico de .049 onde a associação entre o conflito interparental evidente e a parentalidade negativa foi de .44 (Erel & Burman, 1995; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000). Aqui o foco principal dos investigadores era a associação entre a qualidade total do relacionamento conjugal (incluindo o conflito interparental evidente) e a relação pais-filho.

O impacto do conflito conjugal em práticas parentais não pode ser completamente compreendido sem que a bidirecionalidade desta relação também seja abordada. Ou seja, as reações das crianças às práticas parentais perturbadas podem fomentar ainda mais a discórdia conjugal e práticas parentais mais disfuncionais (Krishnakumar & Buehler, 2000).

1.3. Conflito Interparental

As diferenças e desacordos entre os pais sobre questões familiares e não familiares são parte da vida familiar (Buehler & Trotter, 1990; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000). O conflito interparental é um constructo multidimensional que inclui a frequência, o modo de expressão, a cronicidade ou duração, a intensidade e o grau de resolução os quais são elementos importantes que devem ser considerados quando se examina o impacto do conflito interparental nos padrões parentais (Buehler, Krishnakumar, Anthony, Tittsworth, & Stone, 1994; Cummings & Davies, 1994; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000). Desacordos frequentes, quando considerados isoladamente, são fracamente associados com relações negativas entre pais-filho. No entanto, o modo de expressão destes desacordos pode ser hostil. Existem três modos hostis de expressão de conflito sugeridos na literatura que incluem estilos de conflito *manifesto*, *velado*, e *evitante* (Buehler et al, 1997; Camara & Resnick, 1988; Katz & Gottman, 1993; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000).

A literatura empírica sobre estilos de conflito é, em grande parte, limitada ao estilo de *conflito manifesto* dos pais. Um estilo de *conflito manifesto* inclui comportamentos de desentendimento em que os casais mostram expressões verbais de raiva ou de violência física (Buehler et al., 1997; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000).

1.4. Impacto do Investimento Parental no Desenvolvimento da Criança

Vários são os estudos a concluir que a relação conjugal está intimamente associada com o exercício da parentalidade pela parte dos pais e com a adaptação da criança. Alguns investigadores concluíram que o melhor preditor familiar dos problemas de comportamento infantil é a desarmonia conjugal (Emery, 1982; Hetherington, Cox, e Cox, 1982; citado por Feinberg, 2003).

A exposição à agressão e ao conflito parental pode ser stressante para os filhos e pode ter um impacto negativo na sua saúde e bem-estar (por exemplo, Amato, 1986; Cummings, Davies, & Simpson, 1994; Grych & Fincham, 1990; Jouriles et al., 1991, citado por Krishnakumar & Buehler, 2000). Além disso, a expressão de conflito hostil em casamentos problemáticos pode ter impacto nas práticas parentais que, por sua vez, afetam o desenvolvimento saudável dos filhos (por exemplo, Fauber, Forehand, Thomas, & Wierson, 1990, citado por Krishnakumar & Buehler, 2000). A agitação e o atrito na relação conjugal parecem afetar três comportamentos parentais fundamentais: a) o envolvimento dos pais (Biller & Salomão, 1986; Burman, John, & Margolin, 1987; Fauber et al., 1990, citado por Krishnakumar & Buehler, 2000), b) as práticas disciplinares parentais (Holden & Ritchie, 1991; Jouriles & LeCompte, 1991, citado por Krishnakumar & Buehler, 2000) e c) a consistência parental (Block, Block, & Morrison, 1981; Stoneman, Brody, & Burke, 1989, citado por Krishnakumar & Buehler, 2000).

A relevância da discórdia conjugal para a adaptação da criança está estudada, sendo que alguns problemas de externalização (por exemplo, agressividade, problemas de conduta) e de internalização (por exemplo, ansiedade, depressão) são sequelas comuns nas crianças de famílias com problemas conjugais (Emery, 1982; Grych & Fincham, 1990; cit. in Davies & Cummings, 1998). Apesar das evidências de que o conflito interparental tem um papel significativo no desenvolvimento das crianças, pouco se sabe sobre o "como" e o "porquê" de o desacordo conjugal levar a problemas de ajustamento na criança. Para preencher esta lacuna, Davies e Cummings (1994; cit. in Davies & Cummings, 1998) propuseram uma hipótese de segurança emocional que enfatiza um papel mediador exercido pela segurança emocional das crianças na ligação entre funcionamento conjugal e adaptação da criança.

A visão funcionalista sobre a regulação da emoção estabelece uma base para a hipótese da segurança emocional (Davies & Cummings, 1996; cit. in Davies & Cummings, 1998). Dentro de esta perspectiva, as emoções desempenham um papel de sistema de controlo e orientação na avaliação dos eventos e na motivação para o comportamento.

A regulação das emoções é entendida relacionalmente, com ênfase na compreensão das emoções no contexto dos objetivos que o sujeito se propõe a alcançar relativamente ao seu autocontrolo e na relação dinâmica entre a pessoa e o meio ambiente (Davies & Cummings, 1998).

Assim, as principais tarefas das teorias funcionalistas consistem em identificar as metas e os contextos relevantes para a regulação da emoção (Thompson, 1994, cit. in Davies & Cummings, 1998). A hipótese de segurança emocional (Davies & Cummings, 1994; cit. in Rhoades, 2008) postula que as reações das crianças ao conflito interparental são uma função das implicações percebidas do conflito sobre o bem-estar da família e têm o objetivo de preservar e promover a própria segurança emocional da criança. Assim, quando as cognições associadas à segurança da família são ameaçadas, tornam-se suscetíveis de provocar medo e desamparo. Ao longo do tempo, estas respostas podem ser generalizadas para uma variedade de eventos de vida. Além disso, alguns investigadores descobriram que as cognições de auto-culpabilização e de ameaça estão associadas a problemas de comportamento (Cummings, Davies, & Simpson, 1994; Grych et al., 2000; Grych et al., 2003; Grych, Seid & Fincham, 1992; Jouriles, Spiller, Stephens, McDonald, & Swank, 2000; Kerig, 1998b; Rogers & Holmbeck, 1997; cit. in Rhoades, 2008). As crianças, ao verem os conflitos dos seus pais como uma ameaça para si ou para o sistema familiar ou ao sentirem que são incapazes de lidar com o conflito, ficam propensas a sentirem-se ansiosas e indefesas. Da mesma forma, se as crianças sentem que são culpadas pelos conflitos dos seus pais ficam suscetíveis de sentir culpa, vergonha, e tristeza (Grych & Fincham, 1990; Grych et al., 2000; cit. in Rhoades, 2008).

1.5. Coparentalidade

A coparentalidade pode ser entendida pelo envolvimento conjunto e recíproco de ambos os pais na educação, formação e decisões sobre a vida dos seus filhos (Feinberg, 2003). Coparentalidade é um termo conceptual que se refere às formas como os pais ou as figuras parentais de uma criança se relacionam entre si no que respeita ao exercício dos papéis parentais. Tal ocorre quando os indivíduos têm a responsabilidade compartilhada para criar os seus filhos e consiste no apoio e coordenação (ou falta dela) que as figuras parentais exibem na condução da educação infantil. Abordando os assuntos relativos à educação da criança, a coparentalidade inclui apenas aspetos diretamente relacionados com a parentalidade (McHale et al., 2002; cit. in Pedro & Ribeiro 2015).

Segundo Margolin, Gordis e John (2001), a coparentalidade pode ser a experiência mais significativa que dois adultos compartilham. Estes autores sugerem, ainda, que a coparentalidade não é apenas uma dimensão da relação conjugal, pois executa um papel singular no sistema familiar. É através deste relacionamento que os pais negociam os seus papéis respetivos, responsabilidades e contribuições para os seus filhos. Esta relação é caracterizada pela capacidade de os pais se apoiarem, ou não, em relação aos esforços um do outro. Ainda segundo os mesmos autores, quando os pais residem juntos, ao invés de separadamente, existem espaços adicionais para uma

coparentalidade eficaz, como ajudarem-se um ao outro no que toca às responsabilidades parentais, apoiando a autoridade do outro e transmitindo uma atmosfera de respeito e de afeição mútua.

Margolin, Gordis e John (2001) sugerem que a aliança coparental, ou a forma como os cônjuges se relacionam em torno das questões e funções da parentalidade, pode mediar a associação entre relações conjugais e relações entre pais e filhos. Ou seja, a coparentalidade pode ser uma ligação que explica a relação entre o funcionamento conjugal e parental. Especificamente, o conflito no casamento pode espalhar-se e ser refletido na relação coparental que, por sua vez, afeta o nível de eficácia parental e a quantidade de *stress* experimentados na relação parental. O autor refere que os sentimentos em relação ao cônjuge são suscetíveis de influenciar a relação coparental, de tal forma que as boas relações conjugais são refletidas em coparentalidade positiva e as más relações conjugais são refletidas em coparentalidade negativa. No entanto, as perspetivas conceptuais e clínicas sugerem a possibilidade de diferenciação entre o casamento e a coparentalidade, particularmente para casais conflituosos e os seus filhos. Alguns casais conflituosos, motivados por um desejo de proteger os seus filhos da exposição ao conflito interparental, colaboram na criação dos filhos, independentemente dos seus fortes sentimentos de desprezo e hostilidade de um para com o outro. Assim, apesar da sobreposição entre casamento e coparentalidade, o potencial de separação entre estas duas realidades é relevante para a compreensão do impacto do conflito conjugal sobre a parentalidade. Na medida em que o conflito conjugal e a coparentalidade são distintos, a coparentalidade pode ajudar a explicar a associação entre conflito conjugal e parental. Sendo que, a coparentalidade pode ser considerada uma variável interveniente provável porque a colaboração entre os cônjuges especificamente em relação à paternidade pode influenciar a forma como os pais interagem com seus filhos e o *stress* parental que experienciam (Margolin, 2001).

Margolin e colaboradores (2001) propõem um modelo de coparentalidade denominado de Modelo dos Três Fatores. Este modelo refere que a coparentalidade está dependente do nível de *conflito*, de *cooperação* e de *triangulação* existentes nas relações conjugais. A primeira dimensão sugerida é o *conflito* expresso dentro do casal em relação aos aspetos parentais; esta dimensão é caracterizada pela quantidade, frequência e gravidade dos desentendimentos em relação à criança, pela atitude negativa utilizada na discussão das práticas educativas (i.e., hostilidade, raiva, rejeição, frieza ou criticismo) e pela inflexibilidade e desacordo sobre os princípios educativos utilizados na educação do filho (Margolin, 2005). A segunda dimensão proposta por este modelo, denominada de *cooperação*, diz respeito aos níveis de apoio social, respeito e apreço que cada um dos dois pais tem pelo outro, defendem os autores que esta dimensão é o elemento-chave para uma aliança coparental eficaz. A *cooperação* avalia o grau em que os pais edificam esforços comuns na partilha da prestação de cuidados à criança e na disponibilidade emocional e instrumental vivida em torno

dos temas parentais. A terceira dimensão deste modelo é a *triangulação* e corresponde à existência de uma coligação intergeracional entre um dos pais e o filho que deteriora a relação com o outro membro da díade coparental e levando à sua rejeição. Segundo Margolin e colaboradores (2001), a *triangulação* ocorre com maior frequência em díades mãe-filho e está associada a elevados níveis de conflito interparental. Estas alianças, muitas das vezes, deformam os comportamentos coparentais, pois o progenitor excluído da triangulação encontra dificuldade para desempenhar as suas práticas parentais, uma vez que o outro parceiro coparental participa e incentiva o desrespeito da sua autoridade por parte do filho. Existem ainda outros factores que podem condicionar a coparentalidade e que não estão contemplados no modelo supracitado, tais como a idade dos filhos, o género dos pais e o género dos filhos. Segundo esta formulação, a importância, forma e grau da cooperação coparental varia de acordo com a idade dos filhos em que, quanto mais novos forem os filhos, mais unidos e cooperantes os pais devem ser (Margolin et al., 2001).

A gestão coparental positiva está ligada à percepção que cada pai tem da qualidade da relação interparental. Esta percepção parece estar associada ao género de cada pai e às funções esperadas relativamente a cada género (Margolin et al., 2001). Os autores sustentam estes pressupostos no seu estudo, mostrando que as mães com piores percepções da qualidade coparental pertencem a famílias em que as tarefas de cuidados não são partilhadas, existindo, ao mesmo tempo, maiores índices de conflito interparental e menor qualidade conjugal (Margolin, Gordis & Oliver, 2004; Monteiro, Veríssimo, Castro & Oliveira, 2006; Wagner, Predebon, Mosmann & Verza, 2005; cit. in Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

Segundo Feinberg (2003), a abordagem da coparentalidade deve ser vista como um processo familiar que influencia e é influenciado por factores externos à própria relação coparental. Esta visão contextual permite compreender os efeitos mediadores e moderadores da díade coparental no ajustamento e bem-estar dos membros da família. Este modelo sugere que a coparentalidade é influenciada pelas características individuais de cada pai, onde factores pessoais como as atitudes, grau de escolaridade, saúde mental, qualidade da vinculação, níveis de bem-estar e sistemas valorativos podem influenciar a relação coparental. Em segundo lugar, é considerado que factores familiares podem influenciar a aliança coparental, uma vez que, na maioria das famílias intactas, o subsistema coparental é formado após a existência do subsistema conjugal, levando a que a história das interações, os padrões de procura e prestação de cuidados, o reportório comportamental e emocional dos pais enquanto cônjuges possam ter um papel predominante na formação e conservação de uma relação coparental ajustada. A relação coparental não inclui o aspeto romântico, sexual, companheirismo, emocional, financeiro e os aspetos jurídicos da relação dos adultos que não digam respeito à educação dos filhos. Além disso, o termo coparentalidade não implica que os papéis parentais sejam ou devam ser iguais em autoridade ou responsabilidade. O

grau de igualdade no relacionamento coparental é determinado em cada caso pelos participantes que são influenciados, claro, pelo contexto social e cultural dos filhos (Feinberg, 2003).

A relação coparental tem recebido crescente atenção nos últimos anos enquanto subsistema único dentro da família (McHale et al., 2003; cit. in Caldera & Lindsey, 2006). A partir de uma visão sistêmica da família, a relação coparental é característica de um grupo familiar dinâmico, envolvendo a mãe, o pai e o filho. Esta relação é conceptualmente distinta das outras relações diádicas dentro da família (McHale & Rasmussen, 1998; cit. in Caldera & Lindsey, 2006). Por exemplo, nas questões relativas à educação e socialização bem-sucedida da criança, a relação coparental difere da relação conjugal que incide sobre o bem-estar de cada um dos cônjuges, bem como da qualidade do seu relacionamento diádico. O suporte para a distinção entre coparentalidade e a relação conjugal vem das evidências de que a avaliação da relação coparental contribui de forma independente para explicar as características individuais da parentalidade (Belsky, Crnic, & Gable, 1995; Margolin, Gordis, & John, 2001; cit. in Caldera & Lindsey, 2006) e a adaptação da criança (McHale & Rasmussen, 1998; cit. in Caldera & Lindsey, 2006).

Dadas as interligações complexas entre as diferentes relações familiares e consistentes com as hipóteses sobre as ligações entre o conflito conjugal e o apego entre pais e filhos (Davies & Cummings, 1998; cit. in Caldera & Lindsey, 2006), parece razoável esperar que possam existir ligações diretas e indiretas entre a relação coparental e o apego entre pais e filhos. Especificamente, dado que a relação coparental envolve diretamente a criança, a exposição à interação cooperativa, amável, e positiva entre os pais pode ajudar a promover a sensação de segurança da criança relativamente aos pais. Pelo contrário, a existência de uma relação conjugal onde não há cooperação pode levar a criança a experimentar desequilíbrio interno e incerteza sobre a sua relação com cada um dos seus pais. Alternativamente, pode ser que a qualidade da relação coparental afete indiretamente a vinculação bebé-mãe, através da capacidade de os pais responderem com sensibilidade às necessidades do seu filho e proporcionarem uma interação calorosa e afetiva com o seu filho. Por exemplo, uma relação coparental negativa ou discordante pode ser uma fonte de stress ou preocupação para os pais, tornando-os menos disponíveis e sensíveis para as interações pais-filhos (Caldera & Lindsey, 2006).

Um sistema coparental que funcione bem, ou seja, caracterizado pelo apoio mútuo dos comportamentos dos pais em relação à educação do filho, pode contribuir para uma vinculação concordante da criança à mãe e ao pai, proporcionando um ambiente de educação infantil consistente. Em contraste, uma relação coparental caracterizada pela falta de apoio pode resultar em que um dos pais desenvolva uma interação mais sensível com a criança do que o outro progenitor, levando à formação de um padrão não concordante de vinculação, isto é, ficando a

criança seguramente ligada a um dos pais e inseguramente ligada ao outro progenitor (Caldera & Lindsey, 2006).

Feinberg (2003) sustenta que o subsistema coparental assenta em quatro componentes: acordo ou desacordo nas práticas parentais, divisão do trabalho relacionado com a criança, suporte/sabotagem do papel coparental e gestão conjunta das relações familiares.

O primeiro componente da coparentalidade é o grau em que as figuras parentais estão de acordo sobre uma variedade de tópicos relacionados com a criança, incluindo os valores morais, as expectativas de comportamento e disciplina, as necessidades emocionais das crianças, os padrões educacionais e prioridades, a segurança e as associações de pares. Dado que as atitudes dos pais são baseadas em parte nas suas próprias famílias de origem, tal leva a que, muitas vezes, seja difícil chegar a um acordo sobre as questões educativas (Feinberg, 2002; cit. in Feinberg, 2003). O desacordo em relação à educação infantil parece estar ligado a problemas de comportamento da criança no período pré-escolar e jardim de infância (Block, Block & Morrison, 1981; Reparta et al., 1989; cit. in Feinberg, 2003) e, também, durante a adolescência (Feinberg et al., 2003; cit. in Feinberg, 2003). O segundo componente do coparentalidade refere-se à divisão de funções, tarefas e responsabilidades referentes às rotinas diárias envolvidas nos cuidados da criança e nos cuidados domésticos, assim como às responsabilidades em curso para as questões financeiras, jurídicas e médicas relacionadas com as crianças. A maioria das pesquisas nesta área têm-se concentrado em famílias com pai e mãe. As mães relatam que a questão das tarefas domésticas é o aspecto mais importante do conflito no período pós-parto (Cowan & Cowan, 1988; cit. in Feinberg, 2003). As perceções das mães neste domínio parecem ser cruciais, provavelmente porque as mães, de um modo geral realizam a maioria das tarefas domésticas e assumem a responsabilidade final em quase todas as questões relacionadas com as crianças (Aldous, Mulligan, & Bjarnason, 1998; Demo Acock, & Hurlbert, 1993; Hetherington et al., 1999; Lamb, 1995; cit. in Feinberg, 2003). As perceções de justiça das mães em relação às contribuições dos pais estão ligadas ao aumento da qualidade marital na transição para a parentalidade, enquanto a perceção da desigualdade está ligada à diminuição da qualidade marital (Terry, McHugh, & Noller, 1991; cit. in Feinberg, 2003). No entanto, as perceções das mães ou dos pais sobre como é dividido o trabalho de cuidar dos filhos, não é, por si só, preditivo do ajustamento dos pais ou do casal (Belsk & Hsieh, 1998; Bristol, Gallagher, & Schopler, 1988; cit. in Feinberg, 2003). A questão neste domínio é a satisfação, ou seja, estarão os pais satisfeitos com o processo de negociação de responsabilidades e a divisão que daí resulta, a satisfação é o resultado de como a divisão do trabalho se relaciona com as expectativas e crenças dos pais sobre as contribuições para a educação infantil (CP Cowan, 1988; Hackel & Ruble, 1992; MacDermid, Juston, & McHale, 1990; cit. in Feinberg, 2003). A discrepância entre as expectativas e perceções, de cada um dos pais, relativamente à

responsabilidade de apoio à infância estão significativamente relacionadas com a depressão e o ajustamento conjugal em ambos os pais (Kalmuss, 1992; Voydanoff & Donnelly, 1999; cit. in Feinberg, 2003). Quando as expectativas não são correspondidas, pode surgir um sentimento de injustiça e de ressentimento, levando ao aumento do stresse parental o que pode interferir com a interação calorosa e sensível com a criança (Goodnow, 1998; cit. in Feinberg, 2003). O terceiro componente relaciona-se com o suporte/sabotagem do papel coparental, este componente da coparentalidade refere-se ao apoio que cada um dos pais dá ao outro, isto é, a afirmação da competência do outro como pai, reconhecendo e respeitando as contribuições do outro e sustentando as decisões parentais e a autoridade (Belsky, Woodworth, & Crnic de 1996; McHale, 1995; Weissman e Cohen, 1985; cit. in Feinberg, 2003). A contrapartida negativa do apoio coparental expressa-se através da desvalorização do outro progenitor através da crítica, depreciação e indução de culpa. Alguns pais adotam uma abordagem competitiva em que, quando existe um ganho na autoridade ou na relação carinhosa com a criança, isto é visto pelo outro progenitor como uma perda para si próprio (Ihinger-Tallman et al., 1995; cit. in Feinberg, 2003). O apoio no relacionamento coparental pode ser visto como uma forma particular de apoio social. O apoio social geral tem uma influência positiva importante na adaptação materna (Brown & Harris, 1978; Crnic & Greenberg, 1987; cit. in Feinberg, 2003). No entanto, quando os pais são casados, o apoio do parceiro parece ser uma fonte especialmente importante de apoio social (Quinton, Rutter, & Liddle, 1985; cit. in Feinberg, 2003) e está associada ao ajustamento materno, à competência dos pais e aos os resultados conjugais (Dunn, 1988; Pasch & Bradbury, 1998; cit. in Feinberg, 2003). Um baixo nível de apoio dos parceiros está relacionado com a gravidade da depressão pós-parto materna (O'Hara & Swain, 1996, citado por Feinberg, 2003) e a problemas emocionais e sociais nos filhos de mães adolescentes (Sommer et al., 2000, citado por Feinberg, 2003). Além disso, outras fontes de apoio são incapazes de compensar a insuficiência do apoio dos parceiros conjugais (Cutrona, 1996a, 1996b; Crnic & Greenberg, 1987; Wandersman, Wandersman, & Kahn, 1980; cit. in Feinberg, 2003). O quarto componente relaciona-se com a gestão conjunta das relações familiares, constituindo uma responsabilidade importante no subsistema executivo dos pais que pode ser vista em, pelo menos, três direções gerais. Primeiro, os pais são responsáveis por controlar os seus comportamentos e comunicação um com o outro (Feinberg, 2003). Alguns comportamentos interparentais, principalmente comportamentos hostis e violentos em direção ao outro, afetam tanto a parentalidade como os filhos. Em segundo lugar, os comportamentos e atitudes dos pais estabelecem limites sobre os aspetos das suas relações, e, portanto, tanto podem ativar como excluir outros membros da família na relação (Feinberg, 2003). Por exemplo, no contexto de um conflito interparental hostil, os pais podem usar as crianças para se atacarem uns aos outros e, assim, levarem as crianças a sentirem-se inseridas no conflito. Em terceiro lugar,

mesmo na ausência de conflito ou de outras interações problemáticas, os pais variam no grau em que contribuem de uma maneira equilibrada para as interações de toda a família. Ou seja, alguns pais podem encontrar um equilíbrio em termos do seu envolvimento em interações triádicas ou podem assumir a liderança enquanto outros pais podem retirar-se (Feinberg, 2003).

Segundo este modelo, a coparentalidade é o resultado da interdependência destes componentes, em que a variabilidade dos padrões de interação entre as famílias é consequência do tipo, grau e intensidade das ligações entre os componentes. Isto significa que o peso de cada componente da coparentalidade oscila de acordo com as características de cada díade coparental e do seu contexto de desenvolvimento.

Num estudo realizado por Pedro e Ribeiro (2015), os resultados indicaram que a coparentalidade, apesar de significativamente associada à satisfação conjugal e às práticas parentais, constitui um constructo distinto que desempenha um papel único no sistema familiar. Este aspeto já tinha sido anteriormente proposto por vários autores (e.g., McHale et al., 2002, citado por Pedro & Ribeiro 2015).

Podemos então concluir que a coparentalidade parece ser um preditor próximo do comportamento parental e que este pode atuar como um mecanismo de mediação entre o conflito conjugal e a parentalidade.

2. Problema de Investigação, Objetivo e Hipóteses

2.1. Problema de Investigação

A questão central deste projecto de investigação relaciona-se com o Impacto da Satisfação Conjugal, do Ajustamento Conjugal e da Coparentalidade no Investimento Parental.

2.2. Objetivos de Investigação

A presente investigação tem como objetivo analisar a relação entre a conjugalidade e o investimento parental. O objetivo central desta investigação relaciona-se com a compreensão do papel desempenhado pela conjugalidade ao nível da satisfação, do ajustamento e da coparentalidade no investimento parental. Isto é, compreender a relação conjugal dos participantes e analisar a possível existência de um impacto na forma como os pais investem o bebé.

2.3. Relevância do Problema de Investigação

Este problema de investigação torna-se relevante na medida em que a relação conjugal entre mães e pais desempenha um papel importante no desenvolvimento das crianças. O que se sabe, e de acordo com a perspectiva dos sistemas familiares, é que a relação marital e a situação relacional entre os progenitores desempenham um papel importante no desenvolvimento das crianças, particularmente no que se refere às influências que podem ter nas práticas parentais. No entanto, a associação entre a relação do casal com respeito ao seu filho e a relação de apego pais-bebé tem sido pouco explorada.

Deste modo, a presente investigação pretende estudar precisamente estes vários aspetos da relação conjugal e entender a forma como estes se relacionam com o investimento parental.

2.4. Hipóteses Gerais

Tendo em conta os objectivos enunciados, foi desenvolvido um conjunto de hipóteses que passamos a apresentar.

Hipótese Geral 1 - Em pais e mães com bebés entre os oito e catorze meses, a satisfação em relação à relação conjugal poderá dar um contributo significativo para a explicação da variância estatística do investimento parental. **Hipótese Geral 2** - Em pais e mães com bebés entre os oito e catorze meses, o ajustamento diádico poderá dar um contributo significativo para a explicação da variância estatística do investimento parental. **Hipótese Geral 3** - Em pais e mães com bebés entre os oito e catorze meses, a coparentalidade poderá dar um contributo significativo para a explicação da variância estatística do investimento parental.

3. Metodologia

3.1. Definição de Variáveis

Em HG1, a variável independente consiste na percepção por parte da mãe e do pai da satisfação com a relação conjugal e a variável dependente consiste no investimento parental no bebé. Em HG2, a variável independente consiste na percepção por parte da mãe e do pai da qualidade do ajustamento conjugal e a variável dependente consiste no investimento parental no bebé. Em HG3, a variável independente consiste na percepção por parte da mãe e do pai da qualidade da coparentalidade e a variável dependente consiste no investimento parental no bebé.

3.2. Operacionalização das Variáveis

As variáveis Sociais, Demográficas e Clínicas dos participantes serão operacionalizadas através do *Questionário Sociodemográfico e Clínico*. As variáveis relacionadas com a variável independente Satisfação Conjugal serão operacionalizadas através do *Questionário de Satisfação Conjugal*. As variáveis relacionadas com a variável independente Ajustamento Conjugal serão operacionalizadas através da *Escala de Ajustamento Conjugal*. As variáveis relacionadas com a variável independente Coparentalidade serão operacionalizadas através do *Questionário de Coparentalidade*. As variáveis relacionadas com a variável dependente Investimento Parental serão operacionalizadas através da *Escala de Investimento Parental na criança*.

3.2.1. Questionário Sociodemográfico e Clínico

Neste questionário, serão recolhidas informações específicas da mãe, do pai e do bebé. Serão recolhidas as seguintes informações relativas à mãe: idade, estatuto conjugal, estatuto laboral, escolaridade, nacionalidade, profissão, estatuto socioeconómico, dados do agregado familiar, dados da gravidez e dados do parto. Relativamente ao bebé serão recolhidos os seguintes dados: a data de nascimento, índice de APGAR, peso, comprimento, sexo e tipo de alimentação. Serão, ainda, recolhidos dados referentes ao pai do bebé: idade, estatuto conjugal, estatuto laboral, escolaridade, nacionalidade, profissão e estatuto socioeconómico.

3.2.2. Questionário de Satisfação Conjugal (EASAVIC)

A EASAVIC (Narciso & Costa, 1996) tem como base a ideia de que a satisfação conjugal resulta de uma avaliação subjetiva e pessoal de cada cônjuge em relação ao casamento (Thompson, L., 1988, citado por Narciso & Costa, 1996). Deste modo não deve ser avaliada a partir de critérios externos aos indivíduos. Trata-se de um instrumento de autoavaliação da satisfação, que fornece

indicadores da satisfação experienciada em várias áreas da vida conjugal, bem com da satisfação conjugal global (pela análise da satisfação referida na totalidade das áreas). A escala é constituída por 44 itens, que se organizam em sete áreas da vida conjugal. Sendo elas a *Intimidade Emocional* (itens 19, 20, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44) com alfa de .96, *Sexualidade* (itens 23, 24, 25, 26, 27, 28) com alfa de .93, *Comunicação/Conflito* (itens 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22) com alfa de .91, *Funções Familiares* (itens 1,2,3,4) com alfa .84, *Rede Social* (itens 7,8,9) com alfa .73, *Autonomia* (itens 10,11, 12, 13) com alfa .82 e *Tempos Livres* (itens 5,6) com alfa .70. Do total de itens, 16 focam-se no casal, 14 no inquirido e 14 no cônjuge. Os itens são avaliados numa escala de Likert em seis pontos, permitindo que cada individuo avalie a sua satisfação em cada um dos itens, escolhendo uma possibilidade entre: (1) *Não satisfeito*; (2) *Pouco satisfeito*; (3) *Razoavelmente satisfeito*; (4) *Satisfeito*; (5) *Muito Satisfeito*; (6) *Completamente satisfeito*. No estudo psicométrico da escala, realizado a partir da sua aplicação a uma amostra de 219 indivíduos casados, a análise fatorial discriminou dois factores principais, sendo que o factor 1 agrupa os itens relativos à dimensão “Amor” e o factor 2 agrupa os itens relativos à dimensão “Funcionamento Conjugal” (a correlação entre cada item e o respectivo factor é $>.5221$). Os coeficientes alfa encontrados para cada um dos factores são bastante elevados ($>.90$) – indicador de elevada consistência interna. O estudo revelou, ainda, fortes índices de validade e garantia (Narciso, 2001).

Sendo que esta escala permite avaliar a satisfação conjugal, irá constituir uma das partes a serem avaliadas da variável independente em estudo “*Satisfação com a Relação Conjugal*”.

Nos dados da nossa amostra, foram obtidos os seguintes valores de consistência interna: Intimidade Emocional avaliada pela mãe, $\alpha = .948$, Intimidade Emocional avaliada pelo pai, $\alpha = .911$; Sexualidade avaliada pela mãe, $\alpha = .853$, Sexualidade avaliada pelo pai, $\alpha = .864$; Comunicação/Conflito avaliado pela mãe, $\alpha = .866$, Comunicação/Conflito avaliado pelo pai, $\alpha = .878$; Funções Familiares avaliadas pela mãe, $\alpha = .867$, Funções Familiares avaliadas pelo pai, $\alpha = .761$; Rede Social avaliada pela mãe, $\alpha = .702$, Rede Social avaliada pelo pai, $\alpha = .533$; Autonomia avaliada pela mãe, $\alpha = .843$, Autonomia avaliada pelo pai, $\alpha = .715$; Tempos Livres avaliados pela mãe, $\alpha = .681$, Tempos Livres avaliados pelo pai, $\alpha = .676$.

3.2.3. Escala de Ajustamento Conjugal (R-DAS)

A *Escala de Ajustamento Conjugal* (Spanier, 1976; versão Portuguesa de Pereira, 2003) avalia as componentes do ajustamento conjugal (Spanier, 1976; versão Portuguesa de Pereira, 2003). Embora pretenda avaliar a qualidade do relacionamento conjugal no geral, esta escala divide-se em três subescalas que podem ser analisadas separadamente. É então constituída por 14 itens subdivididos em 3 subescalas: consenso diádico (ao nível do funcionamento marital),

satisfação diádica (entre o casal) e coesão diádica (ao nível do casal). De acordo com Spanier (1976), a escala total apresentou um alfa de .90 e as subescalas: Consenso diádico .81, Satisfação diádica .85 e Coesão diádica .80. No consenso diádico, a cotação varia de 5 (sempre de acordo) a 0 (sempre em desacordo). Na satisfação diádica, varia de 0 (sempre) a 5 (nunca). Na coesão, o item 11 varia de 0 (nunca) a 4 (todos os dias) e os restantes itens 12, 13 e 14 variam de 0 (nunca) a 5 (frequentemente). Quanto maior o resultado, maior será o índice de ajustamento do casal.

Como esta escala permite avaliar as componentes do ajustamento conjugal, irá constituir uma das partes a serem avaliadas da variável independente “*Ajustamento Conjugal*”.

Os valores de consistência interna proporcionados pelos dados das nossas participantes são os seguintes: Consenso Diádico avaliado pela mãe, $\alpha = .701$, Consenso Diádico avaliado pelo pai, $\alpha = .847$; Satisfação Diádica avaliada pela mãe, $\alpha = .765$, Satisfação Diádica avaliada pelo pai, $\alpha = .723$; Coesão Diádica avaliada pela mãe, $\alpha = .614$, Coesão Diádica avaliada pelo pai, $\alpha = .745$.

3.2.4. Questionário de Coparentalidade (QC)

O Questionário da Coparentalidade (Margolin et al., 2001; adaptado por Pedro & Ribeiro, 2008) avalia os níveis de suporte e coordenação entre ambos os pais ou figuras parentais, no que diz respeito ao desempenho das suas funções e responsabilidades na educação da criança.

O questionário é constituído por 14 itens, que se encontram agrupados segundo três dimensões diferentes que permitem avaliar a coparentalidade – *cooperação* (itens 1 a 5), *triangulação* (itens 6 a 9) e *conflito* (itens 10 a 14, o item 13 é invertido). A dimensão *Cooperação* refere-se ao quanto os pais se apoiam, valorizam e respeitam um ao outro, enquanto pais. A dimensão *Triangulação* diz respeito ao grau no qual um dos pais cria um aliança com o filho que menospreza ou exclui o outro progenitor. Por último, a dimensão *Conflito* entre os pais no que concerne às questões da parentalidade, a frequência com que os pais discutem ou estão em desacordo acerca do filho e o quanto se menosprezam mutuamente enquanto pais.

O Questionário da Coparentalidade veio responder à necessidade de incluir a Cooperação, a Triangulação e o Conflito num questionário breve que avaliasse exclusivamente a coparentalidade de forma estandardizada. Os autores consideram que o pai e a mãe, numa análise conjunta, fornecem uma perspectiva mais compreensiva da coparentalidade. Este instrumento apresenta bons índices de consistência interna, relativamente às três dimensões que permite estudar, sendo que, os valores de *alpha* de Cronbach que variam entre .69 e .87.

As respostas aos diferentes itens são dadas de acordo com uma escala de *Likert* de cinco pontos, na qual o 1 corresponde a “Nunca” e o 5 corresponde a “Sempre”. É um questionário de hetero-relato construído para avaliar as percepções que os cônjuges têm um do outro relativamente ao desempenho das funções parentais e suporte mútuo. Desta forma, as respostas avaliam a

percepção do próprio (mãe ou pai) acerca do comportamento do parceiro na relação coparental. Resultados elevados indicam níveis elevados de cooperação, conflito e triangulação (Pedro & Ribeiro, 2015).

O questionário da coparentalidade irá permitir avaliar a variável independente em estudo “Coparentalidade”.

Na nossa amostra, os valores de consistência interna obtidos foram os seguintes: Cooperação avaliada pela mãe, $\alpha = .791$, Cooperação avaliada pelo pai, $\alpha = .841$; Triangulação avaliada pela mãe, $\alpha = .750$, Triangulação avaliada pelo pai, $\alpha = .816$; Conflito avaliado pela mãe, $\alpha = .584$, Conflito avaliado pelo pai, $\alpha = .619$.

3.2.5. Escala de Investimento Parental na Criança (EIPC)

A Escala de Investimento Parental na Criança (Martinho, Carnavaro & Ramos, 2008) incorpora 24 itens, numa escala tipo likert (com 4 pontos, variando desde concordo fortemente a discordo fortemente), e foi desenvolvida de forma a avaliar quatro constructos distintos: 1) *Prazer*: devido ao papel que as interações prazenteiras têm na facilitação do processo de vinculação e como motivação para o estabelecimento de relações, numa perspectiva mais Freudiana e que se relaciona com a alegria e prazer que os pais experimentam com o filho, incluindo afeto e do desejo de passar tempo com a criança; 2) *Sensibilidade e conhecimento básico das necessidades da criança*: cuja importância no estabelecimento de relações de vinculação seguras está amplamente documentado e que se relaciona com a sensibilidade e o conhecimento dos pais perante as necessidades da criança; 3) *Ansiedade de separação*: que pode ser conceptualizada como um comportamento de vinculação parental (Bretherton et al., 1989, citado por Martinho, Carnavaro & Ramos, 2008) e 4) *Aceitação do papel parental*: que corresponde à incorporação de um valor na identidade pessoal e que se reflete em escolhas consistentes por parte dos pais em agir no melhor interesse do filho. (Bradley et al., 1997, citado por Martinho, Carnavaro & Ramos, 2008).

Nos últimos estudos realizados os autores não utilizaram a subescala de Ansiedade de Separação devido à variabilidade reduzida das respostas obtidas e por se correlacionar com mais do que um construto, não respeitando assim os criterios de unidimensionalidade das subescalas. Por esses motivos esta subescala também não será utilizada no presente estudo.

Uma vez que todos os itens que constituem o factor Prazer estão formulados na negativa, valores mais elevados de resposta correspondem a menor prazer experimentado, ao contrário do que acontece nos outros factores avaliados por esta escala onde valores mais elevados traduzem maior investimento parental experimentado (Martinho, Carnavaro & Ramos, 2008).

Os autores indicaram quatro dimensões subjacentes, correspondentes aos quatro constructos acima referidos, que apresentaram valores moderados de consistência interna, com alfas de Cronbach a variar entre os .70 a .75.

O questionário da Investimento Parental irá permitir avaliar a variável dependente em estudo “*Investimento Parental*”.

Tendo em conta os dados dos nossos participantes, os valores de consistência interna obtidos foram os seguintes: Prazer avaliado pela mãe, $\alpha = .565$, Prazer avaliado pelo pai, $\alpha = .723$; Sensibilidade e Conhecimento básico das Necessidades da Criança avaliado pela mãe, $\alpha = .713$, Sensibilidade e Conhecimento básico das Necessidades da Criança avaliado pelo pai, $\alpha = .634$; Aceitação do Papel Parental avaliada pela mãe, $\alpha = .713$, Aceitação do Papel Parental avaliada pela pai, $\alpha = .623$.

3.2.6. Hipóteses Específicas

3.2.6.1. Hipóteses Específicas relativas à Mãe e ao Pai:

HE1- O “Consenso Diádico” dá um contributo significativo para a explicação da variância estatística da variável dependente “Prazer” relativamente ao investimento parental.

HE2- O “Consenso Diádico” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança”.

HE3- O “Consenso Diádico” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Aceitação do Papel Parental”.

HE4- A “Satisfação Diádica” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Prazer” relativamente ao Investimento Parental.

HE5- A “Satisfação Diádica” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança”.

HE6- A “Satisfação Diádica” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Aceitação do Papel Parental”.

HE7- A “Coesão Diádica” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Prazer” relativamente ao investimento parental

HE8- A “Coesão Diádica” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança”.

HE9- A “Coesão Diádica” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Aceitação do Papel Parental”.

HE10- As “Funções Familiares” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Prazer” relativamente ao investimento parental.

HE11- As “Funções Familiares” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança”.

HE12- As “Funções Familiares” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Aceitação do Papel Parental”.

HE13- Os “Tempos Livres” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Prazer” relativamente ao investimento parental.

HE14- Os “Tempos Livres” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da criança”.

HE15- Os “Tempos Livres” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Aceitação do Papel Parental”.

HE16- A “Autonomia” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Prazer” relativamente ao investimento parental.

HE17- A “Autonomia” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança”.

HE18- A “Autonomia” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Aceitação do Papel Parental”.

HE19- “Comunicação e Conflitos” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Prazer” relativamente ao investimento parental.

HE20- “Comunicação e Conflitos” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança”.

HE21- “Comunicação e conflitos” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Aceitação do Papel Parental”.

HE22- A “Intimidade Emocional” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Prazer” relativamente ao investimento parental.

HE23- A “Intimidade Emocional” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança”.

HE24- A “Intimidade Emocional” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Aceitação do Papel Parental”.

HE25- A “Rede Social” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Prazer” relativamente ao investimento parental.

HE26- A “Rede Social” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança”.

HE27- A “Rede Social” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Aceitação do Papel Parental”.

HE28- A “Sexualidade” entre o casal dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Prazer” relativamente ao Investimento Parental.

HE29- A “Sexualidade” entre o casal dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança”.

HE30- A “Sexualidade” entre o casal dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Aceitação do Papel Parental”.

HE31- A “Cooperação” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Prazer” relativamente ao investimento parental.

HE32- A “Cooperação” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança”.

HE33- A “Cooperação” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Aceitação do Papel Parental”.

HE34- A “Triangulação” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Prazer” relativamente ao investimento parental.

HE35- A “Triangulação” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança”.

HE36- A “Triangulação” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Aceitação do Papel Parental”.

HE37- O “Conflito” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Prazer” relativamente ao investimento parental.

HE38- O “Conflito” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança”.

HE39- O “Conflito” dá um contributo significativo para a explicação da variância da variável dependente “Aceitação do Papel Parental”.

3.3. Delineamento do Estudo de Investigação

3.3.1. Definição da Amostra e Delineamento da Investigação

De forma a avaliar as variáveis em estudo, foram administrados cinco instrumentos. Estes instrumentos foram aplicados a trinta casais cujos elementos se encontrem casados ou em união de facto e com um filho entre oito e catorze meses. A recolha da amostra teve início em Janeiro de 2016 e terminou em meados de Maio de 2016.

Os participantes foram recolhidos através de Infantários. A forma de obtenção de autorização da instituição para o presente estudo foi realizada através de uma carta dirigida ao infantário em questão.

3.3.2. Procedimento de Recolha da Amostra

A participação consistiu numa entrevista. No momento anterior à aplicação dos instrumentos, foi entregue uma Folha de Informação ao Participante que continha, resumidamente, o problema de investigação, os objetivos dos questionários e a importância da sua participação. A confidencialidade e anonimato dos dados recolhidos foram também assegurados aos participantes neste documento. Foi também fornecido, aos participantes, um Consentimento Informado que garantiu que os mesmos tomaram conhecimento e entenderam a explicação fornecida acerca da investigação.

De seguida, foi preenchido um Questionário Sociodemográfico e Clínico, depois foi pedido aos participantes que preenchessem a Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal, a Escala de Ajustamento Conjugal, o Questionário da Coparentalidade e, por fim, a Escala de Investimento Parental. A entrevista de recolha dos dados durou aproximadamente trinta minutos. Foi pedido aos participantes que lessem atentamente todos os questionários e que respondessem com sinceridade, não existindo respostas certas ou erradas. As entrevistas foram conduzidas em ambiente adequado e tiveram em conta a disponibilidade manifestada a cada momento pelos participantes, sendo que existiu a possibilidade de desistência em qualquer momento da entrevista. Surgindo algo de inesperado no comportamento dos participantes, a investigadora procederia ao encaminhamento adequado.

Todos os dados recolhidos foram confidenciais e anónimos, aos quais apenas a investigadora teve acesso. No protocolo desta investigação, não foram registados quaisquer dados que permitam a identificação dos participantes. Todos os protocolos foram codificados e, por esse motivo, não foi possível associar as respostas à identidade dos participantes. As questões que constam do protocolo de investigação dizem apenas respeito à testagem das hipóteses em causa. Deste modo, nunca se referiram a informação desnecessária no contexto deste projeto de investigação. Complementarmente, todos os dados são anónimos uma vez que não serão registados dados identificativos nos protocolos em causa.

Como critérios de inclusão dos participantes no presente estudo propomos: 1) Os participantes serem pais ou mães; 2) Os participantes terem um filho entre os oito e os catorze meses; 3) Que o filho frequente a instituição de ensino em questão; 4) Que exista conjugalidade entre os pais do bebé. Os critérios de exclusão dos participantes no presente estudo são: 1) Bebés com menos de oito meses; 2) Bebés com mais de catorze meses de idade; 3) Bebés que não frequentem a instituição de ensino em questão; 4) Casos de deficiência física ou mental; 5) Ausência de conjugalidade entre os pais do bebé.

3.4. Tratamento estatístico dos dados

Todos os dados foram usados para fazer uma estatística descritiva de forma a analisar como é que os dados recolhidos constituem uma amostra representativa da população que pretendemos estudar. Uma vez que, estes dados são válidos para pessoas que tenham dados semelhantes aos das pessoas que esta amostra constitui, esperamos que sejam generalizáveis às pessoas semelhantes da nossa amostra.

De acordo com as hipóteses que estamos a utilizar, analisaremos as nossas variáveis com recurso a análises de regressão múltipla. Nesta investigação, o tratamento estatístico usado irá ser a análise de regressão, pois permite que possamos ver se a variável preditora é um bom preditor sobretudo através do controlo do impacto das outras variáveis.

Neste tratamento será dada particular atenção ao estudo da multicolinearidade. Outras das condições importantes é o estudo das distribuições normais, é esperado que as variáveis sigam uma distribuição normal. Todas as escalas a utilizar serão intervalares, à exceção das variáveis independentes que necessitem de ser codificadas como dicotómicas. (0 ou 1)

4. Resultados

Para proceder à análise estatística dos dados obtidos através da aplicação dos instrumentos, foi utilizado o software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 22. A análise dos resultados será organizada de acordo com as hipóteses formuladas para esta investigação. Deste modo, de início será realizada a caracterização da amostra e posteriormente será apresentada a testagem das hipóteses específicas formuladas.

4.1. Caracterização da amostra

Para o desenvolvimento desta investigação contamos com o apoio de duas instituições escolares, Academia do Mimo e Associação Popular de Sobral de Monte Agraço. Na Academia do Mimo foram recolhidos 16 protocolos e na Creche da Associação Popular foram recolhidos 13 protocolos. A amostra é constituída por 55 participantes, sendo eles, 26 mulheres e 29 homens.

Relativamente às mulheres, a média de idades estabelece-se nos 32.28 anos, variando entre os 24 e os 40 anos, com um desvio padrão de 3.68. As participantes da amostra são de nacionalidade Portuguesa. A maioria das participantes é casada (62.1%), 31 % vive em união de facto e 6.9 % das participantes são solteiras. No que diz respeito ao estatuto socioeconómico, 69 % das participantes são classificadas no nível médio superior, 24.1 % no nível médio e as restantes (6.9%) no nível superior. Quanto ao número de anos de estudo com sucesso, a média de anos é de 14.62, variando entre 7 e 17 anos, com um desvio padrão de 2.74. Em relação à composição do agregado familiar, é possível observar que todas as participantes vivem com o cônjuge, sendo este o pai do seu filho/dos seus filhos (100%), sendo que, o número de elementos do agregado familiar varia entre 3 (61.5%) e 6 (3.4%). Em relação ao número de filhos por casal varia entre 1 (62.1%) e 4 (3.4%). Quanto ao número médio de anos da relação conjugal, estabelece-se nos 9.65 anos, variando entre os 2 e os 26 anos, com um desvio padrão de 5.25. Quanto à qualidade da relação que têm com o pai dos filhos, 69 % das mulheres considera que a relação seja Muito Boa e 31 % considera que a relação seja Boa.

No que diz respeito aos homens, a média de idades estabelece-se nos 34.93 anos, variando entre os 24 e 57 anos, com um desvio padrão de 6.43. Todos os homens que constituem a amostra são de nacionalidade Portuguesa. À semelhança das mulheres, a maioria dos homens são casados (62.1%), 27.6% vive em união de facto, 6.9 % é solteiro e apenas 3.4 % é divorciado. No que diz respeito ao estatuto socioeconómico, 69 % dos participantes são classificados no nível médio superior, 27.6 % no nível médio e os restantes (3.4%) no nível superior. Quanto ao número de anos de estudo com sucesso, a média de anos é de 12.75, variando entre 6 e 17 anos, com um desvio padrão de 3.78.

Quanto ao historial obstétrico, o número médio de semanas da confirmação da gravidez foi de 4.70, variando entre 2 e 8 semanas, com um desvio padrão de 1.35. Esta gravidez foi, na maioria, planeada (75.9%) e desejada (96.6%). Sendo que, 86.2 % das mulheres consideraram ter apoio do companheiro no planeamento e vigilância da gravidez e a maioria das mulheres (93.1 %) considera que o companheiro participou no desejo da gravidez. Todas elas mantiveram acompanhamento médico ao longo da gravidez, sendo que 86.2 % tinham acompanhamento mensal. Ao longo da gravidez, apenas 20.7% das mulheres tiveram problemas, nomeadamente Placenta ligeiramente descida (6.5%), Útero bicórneo (3.2%), Problemas associados a varizes (3.2%), Gravidez de gémeos (3.2%), Tentativas de nascimento prematuro (3.2%) e Diabetes Gestacional (3.2%). A maioria das mães não tinha preferência pelo sexo do bebé (55.2%). Todas as mulheres referem ter sentido apoio do companheiro durante a gravidez. Em relação ao parto, a maioria dos partos foram vaginais (65.5%), com recurso a epidural (82.8%). Das cesarianas realizadas (34.5%) os motivos estavam relacionados com Posição pélvica do bebé (17.2%), Riscos para o bebé (6.9%) e Falta de Dilatação durante o parto (13.8%). A média de tempo em que a participante esteve em trabalho de parto foi de 7.06 horas (DP = 5.71). Durante o parto, 100 % das mulheres tiveram alguém conhecido ao seu lado, sendo que na maioria foi o pai do bebé quem esteve presente (96.6%).

Quanto aos dados dados do bebé, até à data de aplicação dos protocolos, a idade média dos bebés era de 11.38 meses, variando entre os oito e os catorze meses (DP = 2.18). Entre os bebés da amostra recolhida, 51.7 % eram do sexo feminino e 48.3 % era do sexo masculino. Os bebés nasceram, em média, com 39.44 semanas de vida (DP = 1.59), com um peso médio de 3.23 (DP = .45) e um comprimento médio de 48.98 cm (DP = 2.67). Quanto ao estado clínico do bebé à nascença, a maioria, 96.6 % dos bebés eram saudáveis. Apenas 13.8 % dos bebés necessitaram de cuidados médicos à nascença (vigilância). O estado clínico de todos os bebés, no momento da entrevista, foi descrito por todas as mães como sendo saudável. Em 62.1 % da população o bebé era o primeiro filho. Em relação à alimentação do bebé, todas as mães referiram ter amamentado os seus bebés. O tempo médio de amamentação foi de 6.48 meses (DP = 4.00) onde 65.5% das mulheres refere ter retirado leite para amamentar o seu bebé. Os motivos de interrupção da amamentação estão, maioritariamente, ligados à diminuição da produção de leite (72.4 %). Das mães que já tinham outros filhos (37.9%), a maioria referiu ter também amamentado os outros filhos, sendo que, grande parte das mães explica que o motivo de terem terminado a amamentação esteve relacionado com a diminuição da produção de leite (63.6 %). Em relação aos principais cuidados prestados ao bebé, 51.7 % das mães entrevistadas referem que estes são divididos entre a mãe e o pai, 44.8% refere que são prestados apenas pela mãe e 3.4 % refere serem divididos entre os pais e os avós.

4.2. Regressão Linear

O teste das hipóteses foi realizado através da análise estatística de regressão linear. O objetivo desta análise consiste em verificar em que medida as variáveis independentes explicam a variância das variáveis dependentes.

As variáveis de tipo categorial sofreram uma recodificação dicotômica (0 e 1). Todas as variáveis intervalares foram submetidas à testagem de ajustamento à distribuição normal (Anexo XIII). De acordo com esta análise, as variáveis que não se afastam significativamente da normalidade são as seguintes: idade cronológica da mãe, tempo de gestação, tempo de Amamentação, tempo de amamentação aos outros filhos, Autonomia (Mãe EASAVIC), Funções Familiares (Mãe EASAVIC), Rede Social (Mãe EASAVIC), Sexualidade (Mãe EASAVIC), Autonomia (Mãe EASAVIC), Comunicação e Conflito (Mãe EASAVIC), Intimidade Emocional (Mãe EASAVIC), Comunicação e Conflito (PAI EASAVIC), Funções Familiares (Pai EASAVIC), Intimidade Emocional (Pai EASAVIC), Tempos Livres (Pai EASAVIC), Aceitação do Papel Parental (Pai EIPC), Prazer (Pai EIPC), Conflito (Pai QC). Todas as outras variáveis apresentaram afastamentos significativos relativamente à distribuição normal. Apesar disso, a inspeção dos gráficos Q-Q Plot possibilita constatar que os afastamentos em causa não impedem o uso das análises de regressão.

Nas análise de regressão, foram tidos em conta os valores limites de tolerância ($< .1$) e de VIF (> 10), de forma a evitar o problema da multicolinearidade. Deste procedimento, resultou a exclusão de determinadas variáveis independentes, bem como a definição dos modelos finais das variáveis a introduzir. Foram realizadas duas sequências distintas de forma a testar por um lado as variáveis específicas da mãe e por outro as variáveis específicas do pai. Deste modo, as variáveis independentes que permitiram testar as hipóteses específicas da mãe foram introduzidas de acordo com a sequência seguinte: Modelo 1 – idade cronológica da mãe, estatuto socioeconómico da mãe, escolaridade da mãe, estatuto conjugal; Modelo 2 – idade cronológica do pai; Modelo 3 – anos do relacionamento conjugal, Relação que tem com o pai do filho; Modelo 4 – gravidez planeada, tipo de parto, tempo de trabalho de parto, tempo de amamentação, motivo de interrupção da amamentação, preferência pelo sexo do bebé; Modelo 5 – idade do bebé, sexo do bebé, peso do bebé, tempo de gestação, primeiro filho; Modelo 6 – variou segundo a variável independente definida em cada hipótese específica. As variáveis independentes que permitiram testar as hipóteses específicas do pai foram introduzidas de acordo com a sequência seguinte: Modelo 1 – idade cronológica do pai, estatuto socioeconómico do pai, escolaridade do pai, estatuto conjugal; Modelo 2 – idade cronológica da mãe; Modelo 3 – anos do relacionamento conjugal; Modelo 4 – gravidez planeada, tipo de parto; Modelo 5 – idade do bebé, sexo do bebé, peso do bebé, tempo de gestação, primeiro filho; Modelo 6 – variou segundo a variável independente definida em cada hipótese específica.

4.3. Testagem das Hipóteses Específicas

Ao realizarmos a análise de regressão foi possível proceder à testagem das Hipóteses Específicas (HE) definidas. Deste modo, em determinadas hipóteses foi possível constatar que as variáveis independentes deram um contributo significativo para a explicação da variável dependente em questão, sendo elas: hipóteses específicas relativas à mãe, HE13, HE15, HE19, HE23, HE25, HE27, HE29 e HE36; hipóteses específicas relativas ao pai, HE14, HE17, HE23, HE27 e HE29. De seguida serão apresentados de forma mais detalhada os resultados obtidos.

4.3.1. Testagem das Hipóteses Específicas relativas às mães

4.3.1.1 Testagem das Hipóteses Específicas 1, 2, 3, 4, 5 e 6

As Hipóteses Específicas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 relativas às variáveis dependentes Prazer, Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança e Aceitação do Papel Parental não foram confirmadas. Neste sentido, as respetivas análises de regressão não são apresentadas, podendo ser consultadas desde o Anexo XLVI ao Anexo LI.

Apesar de a hipótese não ser confirmada, na HE2, a variável “Tempo de Amamentação” dá um contributo significativo para a explicação da variável “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança” ($p = .046$) (Anexo XLVII). O mesmo acontece na HE5 ($p = .05$) (Anexo L).

4.3.1.2. Testagem das Hipóteses Específicas 7, 8 e 9.

As Hipóteses Específicas 7, 8 e 9 relativas às variáveis dependentes Prazer, Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança e Aceitação do Papel Parental não foram confirmadas. Tal como é possível verificar nas respetivas análises de regressão, podendo ser consultadas no Anexo LII ao Anexo LIV.

Apesar de a hipótese não ser confirmada, na HE7, a variável “Estatuto Socioeconómico da Mãe” dá um contributo significativo para a explicação da variável “Aceitação do Papel Parental” ($p = .043$) (Anexo LII).

4.3.1.3. Testagem das Hipóteses Específicas 10, 11 e 12

As Hipóteses Específicas 10, 11 e 12 relativas às variáveis dependentes Prazer, Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança e Aceitação do Papel Parental não foram confirmadas. Neste sentido, as respetivas análises de regressão não são apresentadas, podendo ser consultadas no Anexo LV ao Anexo LVII.

Apesar de a hipótese não ser confirmada, nas HE10 e HE11, a variável “Tempo de Amamentação” dá um contributo significativo para a explicação da variável “Prazer” ($p = .043$)

(Anexo LV) e Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança” ($p = .030$) (Anexo LVI).

4.3.1.4. Testagem da Hipótese Específica 13.

A testagem da HE13 pode ser observada na Tabela 1.

Tabela 1: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Tempos Livres, Variável Dependente EIPC Prazer

Modelo	R	R ²	R ² ajustado	Erro padrão da estimativa	Acréscimo R ²	Acréscimo de F	gl1	gl2	Sig. do acréscimo de F
1	.545	.297	.163	1.75306	.297	2.221	4	21	.101
2	.619	.383	.229	1.68278	.086	2.791	1	20	.110
3	.666	.443	.226	1.68586	.060	.963	2	18	.400
4	.823	.678	.329	1.57010	.235	1.459	6	12	.272
5	.863	.745	.204	1.71045	.067	.528	4	8	.719
6	.941	.885	.589	1.22952	.140	8.482	1	7	.023

Tal como se pode observar, o modelo 6 dá um contributo significativo para a explicação da variável dependente “Prazer” e, portanto, a hipótese é confirmada. Além disso, devemos referir que a variável “Tempo de Amamentação” ($p = .011$), assim como, a variável “Motivo de Interromper a Amamentação” ($p = .040$) parecem ser importantes neste contexto.

4.3.1.5. Testagem da Hipótese Específica 14

A Hipótese Específica 14 relativa à variável dependente Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança não foi confirmada. Neste sentido, a respetiva análise de regressão não é apresentada, podendo ser consultada no Anexo LIX.

Apesar de a hipótese não ser confirmada, a variável “Tempo de Amamentação” dá um contributo significativo para a explicação da variável Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança” ($p = .017$) (Anexo LIX).

4.3.1.6. Testagem da Hipótese Específica 15

A testagem da HE15 pode ser observada na Tabela 2.

Tabela 2: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Tempos Livres, Variável Dependente EIPC Aceitação Do Papel Parental

Modelo	R	R ²	R ² ajustado	Erro padrão da estimativa	Acréscimo R ²	Acréscimo de F	gl1	gl2	Sig. do acréscimo de F
1	.547	.299	.165	2.48490	.299	2.239	4	21	.099
2	.553	.306	.132	2.53392	.007	.195	1	20	.663
3	.620	.384	.145	2.51496	.079	1.151	2	18	.338
4	.710	.504	.034	2.76598	.119	.480	6	12	.811
5	.762	.581	.309	3.11229	.077	.370	4	8	.824
6	.928	.860	.502	1.92027	.279	14.015	1	7	.007

Na tabela 2, podemos constatar que o sexto modelo dá um contributo significativo ($p = .007$) para a explicação da variável dependente “Aceitação do Papel Parental”. Sendo assim, por este motivo, a hipótese é confirmada. Além disso, devemos sublinhar que as variáveis “Preferência pelo sexo do bebé” ($p = .006$) e “Estatuto conjugal” ($p = .023$) dão um contributo significativo para a explicação da variável dependente acima enunciada.

4.3.1.7. Testagem da Hipótese Específica 16

A Hipótese Específica 16 relativa à variável dependente Prazer não foi confirmada. Neste sentido, a respetiva análise de regressão não é apresentada, podendo ser consultada no Anexo LXI. No entanto, a variável Autonomia ($p = .075$) dá um contributo moderadamente significativo para a variância explicada da variável dependente Prazer (ver anexo LXI).

4.3.1.8. Testagem das Hipóteses Específicas 17 e 18

As Hipóteses Específicas 17 e 18 relativas às variáveis dependentes Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança e Aceitação do Papel Parental não foram confirmadas. Neste sentido, as respetivas análises de regressão não são apresentadas, podendo ser consultadas no Anexo LXI e Anexo LXII.

4.3.1.9. Testagem da Hipótese Específica 19

A testagem da HE19 pode ser observada na Tabela 3.

Tabela 3: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Comunicação/Conflitos, Variável Dependente EIPC Prazer

Modelo	R	R ²	R ² ajustado	Erro padrão da estimativa	Acréscimo R ²	Acréscimo de F	gl1	gl2	Sig. do acréscimo de F
1	.545	.297	.163	1.75306	.297	2.221	4	21	.101
2	.619	.383	.229	1.68278	.086	2.791	1	20	.110
3	.666	.443	.226	1.68586	.060	.963	2	18	.400
4	.823	.678	.329	1.57010	.235	1.459	6	12	.272
5	.863	.745	.204	1.71045	.067	.528	4	8	.719
6	.946	.894	.621	1.17941	.149	9.826	1	7	.017

Na tabela 3, podemos constatar que o modelo seis dá um contributo significativo ($p = .017$) para a explicação da variável dependente “Prazer”. Sendo assim, por este motivo, a hipótese é confirmada.

4.3.1.10. Testagem das Hipóteses Específicas 20, 21 e 22

As Hipóteses Específicas 20, 21 e 22 relativas às variáveis dependentes Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança, Aceitação do Papel Parental e Prazer não foram confirmadas. Neste sentido, as respetivas análises de regressão não são apresentadas, podendo ser consultadas no Anexo LXV ao Anexo LXVII.

4.3.1.11. Testagem da Hipótese Específica 23

A testagem da HE23 pode ser observada na Tabela 4.

Tabela 4: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Intimidade Emocional, Variável Dependente EIPC Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança.

Modelo	R	R ²	R ² ajustado	Erro padrão da estimativa	Acréscimo R ²	Acréscimo de F	gl1	gl2	Sig. do acréscimo de F
1	.408	.166	.008	1.69245	.166	1.047	4	21	.407
2	.408	.166	.042	1.73424	.000	.000	1	20	.987
3	.426	.181	.137	1.81161	.015	.015	2	18	.850
4	.770	.593	.152	1.56449	.412	2.023	6	12	.141
5	.859	.738	.181	1.53757	.145	1.106	4	8	.417
6	.931	.867	.526	1.17008	.129	6.814	1	7	.035

Na Tabela 4, podemos constatar que o modelo seis dá um contributo significativo ($p = .035$) para a explicação da variável dependente “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança”. Sendo assim, por este motivo, a hipótese é confirmada. Além disso, verifica-se que as variáveis “Tempo de Amamentação” ($p = .041$) e “Tempo de Gestação” ($p = .039$) dão um contributo significativo para a explicação da variável dependente acima descrita.

4.3.1.12. Testagem da Hipótese Específica 24

A Hipótese Específica 24 relativa à variável dependente Aceitação do Papel Parental não foi confirmada. Neste sentido, a respetiva análise de regressão não é apresentada, podendo ser consultadas no Anexo LXIX.

4.3.1.13. Testagem da Hipótese Específica 25

A testagem da HE25 pode ser observada na Tabela 5.

Tabela 5: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Rede Social, Variável Dependente EIPC Prazer.

Modelo	R	R ²	R ² ajustado	Erro padrão da estimativa	Acréscimo R ²	Acréscimo de F	gl1	gl2	Sig. do acréscimo de F
1	.545	.297	.163	1.75306	.297	2.221	4	21	.101
2	.619	.383	.229	1.68278	.086	2.791	1	20	.110
3	.666	.443	.226	1.68586	.060	.963	2	18	.400
4	.823	.678	.329	1.57010	.235	1.459	6	12	.272
5	.863	.745	.204	1.71045	.067	.528	4	8	.719
6	.949	.900	.644	1.14302	.155	10.914	1	7	.013

Na Tabela 5, podemos constatar que o modelo seis dá um contributo significativo ($p = .013$) para a explicação da variável dependente “Prazer”. Sendo assim, por este motivo, a hipótese é confirmada. Além disso, verifica-se que as variáveis “Estatuto Socioeconómico da Mãe” ($p = .026$), “Tempo de Amamentação” ($p = .021$) e “Idade do Companheiro - No dia da Entrevista” ($p = .026$) dão um contributo significativo para a explicação da variável dependente acima descrita.

4.2.1.14. Testagem da Hipótese Específica 26

A Hipótese Específica 26 relativa à variável dependente Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança não foi confirmada. Neste sentido, a respetiva análise de regressão não é apresentada, podendo ser consultada no Anexo LXXI. No entanto, a variável Rede Social ($p = .072$) dá um contributo moderadamente significativo para a variância explicada da variável dependente acima descrita (ver anexo LXXI).

4.3.1.15. Testagem da Hipótese Específica 27

A testagem da HE27 pode ser observada na Tabela 6.

Tabela 6: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Rede Social, Variável Dependente EIPC Aceitação do Papel Parental.

Modelo	R	R ²	R ² ajustado	Erro padrão da estimativa	Acréscimo R ²	Acréscimo de F	gl1	gl2	Sig. do acréscimo de F
1	.547	.299	.165	2.48490	.299	2.239	4	21	.099
2	.553	.306	.132	2.53392	.007	.195	1	20	.663
3	.620	.384	.145	2.51496	.079	1.151	2	18	.338
4	.710	.504	.034	2.76598	.119	.480	6	12	.811
5	.762	.581	.309	3.11229	.077	.370	4	8	.824
6	.944	.891	.610	1.69834	.310	19.866	1	7	.003

Na Tabela 6, podemos constatar que o modelo seis dá um contributo significativo ($p = .003$) para a explicação da variável dependente “Aceitação do Papel Parental”. Sendo assim, por este motivo, a hipótese é confirmada. Além disso, verifica-se que as variáveis “Estatuto Conjugal” (p

= .003), “Tipo de Parto” ($p = .030$), “Tempo de Trabalho de Parto” ($p = .053$), “Preferência pelo sexo do bebê” ($p = .004$), “Tempo de Gestação” ($p = .042$) e “Primeiro filho_sim_não” ($p = .035$) dão um contributo significativo para a explicação da variável dependente acima descrita.

4.1.3.16. Testagem da Hipótese Específica 28

A Hipótese Específica 28 relativa à variável dependente Prazer não foi confirmada. Neste sentido, a respetiva análise de regressão não é apresentada, podendo ser consultadas no Anexo LXIII.

4.3.1.17. Testagem da Hipótese Específica 29

A testagem da HE29 pode ser observada na Tabela 7.

Tabela 7: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Sexualidade, Variável Dependente EIPC Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança.

Modelo	R	R ²	R ² ajustado	Erro padrão da estimativa	Acréscimo R ²	Acréscimo de F	gl1	gl2	Sig. do acréscimo de F
1	.408	.166	.008	1.69245	.166	1.047	4	21	.407
2	.408	.166	.042	1.73424	.000	.000	1	20	.987
3	.426	.181	.137	1.81161	.015	.164	2	18	.850
4	.770	.593	.152	1.56449	.412	2.023	6	12	.141
5	.859	.738	.181	1.53757	.145	1.106	4	8	.417
6	.946	.896	.628	1.03681	.158	10.594	1	7	.014

Na Tabela 7, podemos constatar que o modelo seis dá um contributo significativo ($p = .014$) para a explicação da variável dependente “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança”. Sendo assim, por este motivo, a hipótese é confirmada. Além disso, verifica-se que as variáveis “Tempo de Trabalho de Parto” ($p = .036$), “Preferência pelo sexo do bebê” ($p = .004$) e “Tempo de Amamentação” ($p = .007$) dão um contributo significativo para a explicação da variável dependente acima descrita.

4.3.1.18. Testagem da Hipótese Específica 30

A Hipótese Específica 30 relativa à variável dependente Aceitação do Papel Parental não foi confirmada. Neste sentido, a respetiva análise de regressão não é apresentada, podendo ser consultada no Anexo LXXV. No entanto, a variável Sexualidade ($p = .073$) dá um contributo moderadamente significativo para a variância explicada da variável dependente acima descrita (ver anexo LXXV).

4.2.1.19. Testagem das Hipóteses Específicas 31, 32, 33, 34 e 35

As Hipóteses Específicas 31, 32, 33, 34 e 35 relativas às variáveis dependentes Prazer, Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança e Aceitação do Papel Parental não foram confirmadas. Neste sentido, as respectivas análises de regressão não são apresentadas, podendo ser consultadas no Anexo LXXVI ao Anexo LXXX.

Apesar de a hipótese não ser confirmada, na HE34, a variável “Triangulação” dá um contributo meramente significativo para a explicação da variável “Prazer” ($p = .056$) (Anexo LXXIX).

4.3.1.20. Testagem da Hipótese Específica 36

A testagem da HE36 pode ser observada na Tabela 8.

Tabela 8: Análise de regressão, Variável Independente QC Triangulação, Variável Dependente EIPC Aceitação do Papel Parental.

Modelo	R	R ²	R ² ajustado	Erro padrão da estimativa	Acréscimo R ²	Acréscimo de F	gl1	gl2	Sig. do acréscimo de F
1	.547	.299	.165	2.48490	.299	2.239	4	21	.099
2	.553	.306	.132	2.53392	.007	.007	1	20	.663
3	.620	.384	.135	2.51496	.079	.079	2	18	.338
4	.710	.504	.034	2.76598	.119	.119	6	12	.811
5	.726	.527	.315	3.11858	.023	.023	4	8	.929
6	.849	.721	.127	2.54155	.194	.194	1	7	.046

Na tabela 8, podemos constatar que o modelo seis dá um contributo significativo ($p = .046$) para a explicação da variável dependente “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança”. Sendo assim, por este motivo, a hipótese é confirmada. Além disso, verifica-se que as variáveis “Tempo de Trabalho de Parto” ($p = .036$), “Preferência pelo sexo do bebé” ($p = .004$) e “Tempo de Amamentação” ($p = .007$) dão um contributo significativo para a explicação da variável dependente acima descrita.

4.3.1.21. Testagem das Hipóteses Específicas 37, 38 e 39

As Hipóteses Específicas 37, 38 e 39 relativas às variáveis dependentes Prazer, Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança e Aceitação do Papel Parental não foram confirmadas. Neste sentido, as respectivas análises de regressão não são apresentadas, podendo ser consultadas no Anexo LXXXII ao Anexo LXXXIV.

4.3.2. Testagem das Hipóteses Específicas relativas aos pais

4.3.2.1. Testagem das Hipóteses Específicas 1, 2 e 3

As Hipóteses Específicas 1, 2 e 3 6 relativas às variáveis dependentes Prazer, Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança e Aceitação do Papel Parental não foram confirmadas. Neste sentido, as respetivas análises de regressão não são apresentadas, podendo ser consultadas no Anexo LXXXV ao Anexo LXXXVII.

4.3.2.2. Testagem da Hipótese Específica 4

A Hipótese Específica 4 relativa à variável dependente Prazer não foi confirmada. Neste sentido, a respetiva análise de regressão não é apresentada, podendo ser consultada no Anexo LXXXVIII. No entanto, a variável Satisfação Diádica ($p = .055$) dá um contributo moderadamente significativo para a variância explicada da variável dependente acima descrita (ver anexo LXXXVIII).

4.3.2.3. Testagem das Hipóteses Específicas 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13

As Hipóteses Específicas 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 relativas às variáveis dependentes Prazer, Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança e Aceitação do Papel Parental não foram confirmadas. Neste sentido, as respetivas análises de regressão não são apresentadas, podendo ser consultadas no Anexo LXXXIX ao Anexo XCVII.

Apesar de a hipótese não ser confirmada, na HE13, a variável “Tempos Livres” dá um contributo significativo para a explicação da variável “Prazer” ($p = .061$) (Anexo XCVII).

4.3.2.4. Testagem da Hipótese Específica 14

A testagem da HE14 pode ser observada na Tabela 9.

Tabela 9: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Tempos Livres, Variável Dependente EIPC Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança

Modelo	R	R ²	R ² ajustado	Erro padrão da estimativa	Acréscimo R ²	Acréscimo de F	gl1	gl2	Sig. do acréscimo de F
1	.398	.297	.158	2.04071	1.129	2.221	4	24	.366
2	.400	.383	.160	2.08213	.054	2.791	1	23	.818
3	.408	.443	.167	2.12077	.170	.963	1	22	.685
4	.478	.678	.229	2.13995	.804	1.459	2	20	.462
5	.638	.745	.407	2.09786	1.203	.528	4	16	.348
6	.757	.885	.573	1.83820	5.840	8.482	1	15	.029

Tal como se pode observar, o modelo 6 dá um contributo significativo ($p = .029$) para a explicação da variável dependente “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades das Crianças” e, portanto, a hipótese é confirmada. Além disso, devemos referir que a variável “Estatuto Conjugal” ($p = .012$), assim como, a variável “Bebé Tempo de Gestação” ($p = .046$) parecem ser importantes neste contexto.

4.3.2.5. Testagem das Hipóteses Específicas 15 e 16

As Hipóteses Específicas 15 e 16 relativas às variáveis dependentes Aceitação do Papel Parental e Prazer não foram confirmadas. Neste sentido, as respetivas análises de regressão não são apresentadas, podendo ser consultadas no Anexo XCIX e Anexo C.

4.3.2.6. Testagem da Hipótese Específica 17

A testagem da HE17 pode ser observada na Tabela 10.

Tabela 10: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Autonomia, Variável Dependente EIPC Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança

Modelo	R	R ²	R ² ajustado	Erro padrão da estimativa	Acréscimo R ²	Acréscimo de F	gl1	gl2	Sig. do acréscimo de F
1	.398	.158	.018	2.04071	.158	1.129	4	24	.366
2	.400	.160	.022	2.08213	.002	.054	1	23	.818
3	.408	.167	.060	2.12077	.006	.170	1	22	.685
4	.478	.229	.080	2.13995	.062	.804	2	20	.462
5	.638	.407	.038	2.09786	.178	1.203	4	16	.348
6	.778	.605	.262	1.76871	.198	7.509	1	15	.015

Tal como se pode observar, o modelo 6 dá um contributo significativo ($p = .015$) para a explicação da variável dependente “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades das Crianças” e, portanto, a hipótese é confirmada.

4.3.2.7. Testagem das Hipóteses Específicas 18, 19, 20, 21 e 22

As Hipóteses Específicas 18, 19, 20, 21 e 22 relativas às variáveis dependentes Prazer, Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança e Aceitação do Papel Parental não foram confirmadas. Neste sentido, as respetivas análises de regressão não são apresentadas, podendo ser consultadas no Anexo CII ao Anexo CVI.

Apesar de a hipótese não ser confirmada, na HE19, a variável “Comunicação/Conflito” dá um contributo meramente significativo para a explicação da variável “Prazer” ($p = .065$) (Anexo CIII). Assim como, na HE20, a variável “Comunicação/Conflito” dá um contributo interessante

para a explicação da variável dependente “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança” ($p = .077$) (Anexo CIV).

4.3.2.8. Testagem da Hipótese Específica 23

A testagem da HE23 pode ser observada na Tabela 11.

Tabela 11: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Intimidade Emocional, Variável Dependente EIPC Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança

Modelo	R	R ²	R ² ajustado	Erro padrão da estimativa	Acréscimo R ²	Acréscimo de F	gl1	gl2	Sig. do acréscimo de F
1	.398	.158	.018	2.04071	.158	1.129	4	24	.366
2	.400	.160	.022	2.08213	.002	.054	1	23	.818
3	.408	.167	.060	2.12077	.006	.170	1	22	.685
4	.478	.229	.080	2.13995	.062	.804	2	20	.462
5	.638	.407	.038	2.09786	.178	1.203	4	16	.348
6	.781	.610	.273	1.75629	.203	7.829	1	15	.014

Tal como se pode observar, o modelo 6 dá um contributo significativo ($p = .014$) para a explicação da variável dependente “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança” e, portanto, a hipótese é confirmada. Além disso, devemos referir que a variável “Estatuto Conjugal” ($p = .019$) parece dar um contributo significativo para a explicação da variável dependente acima descrita.

4.3.2.9. Testagem das Hipóteses Específicas 24, 25 e 26

As Hipóteses Específicas 24, 25 e 26 relativas às variáveis dependentes Aceitação do Papel Parental, Prazer e Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança não foram confirmadas. Neste sentido, as respetivas análises de regressão não são apresentadas, podendo ser consultadas no Anexo CVIII ao Anexo CX.

4.3.2.10. Testagem da Hipótese Específica 27

A testagem da HE27 pode ser observada na Tabela 12.

Tabela 12: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Rede Social, Variável Dependente EIPC Aceitação do Papel Parental.

Modelo	R	R ²	R ² ajustado	Erro padrão da estimativa	Acréscimo R ²	Acréscimo de F	gl1	gl2	Sig. do acréscimo de F
1	.461	.212	.018	2.28139	.212	1.616	4	24	.203
2	.464	.216	.045	2.35527	.004	.103	1	23	.752
3	.464	.216	.002	2.37752	.000	.000	1	22	.990
4	.541	.292	.009	2.36880	.077	1.081	2	20	.358
5	.684	.468	.069	2.29596	.176	1.322	4	16	.304
6	.810	.657	.359	1.90508	.189	8.239	1	15	.012

Tal como se pode observar, o modelo 6 dá um contributo significativo ($p = .012$) para a explicação da variável dependente “Aceitação do Papel Parental” e, portanto, a hipótese é confirmada. Além disso, devemos referir que a variável “Gravidez Planeada” ($p = .030$) parece dar um contributo significativo para a explicação da variável dependente acima descrita.

4.3.2.11. Testagem da Hipótese Específica 28

A Hipótese Específica 28 relativa à variável dependente Prazer não foi confirmada. Neste sentido, a respetiva análise de regressão não é apresentada, podendo ser consultada no Anexo CXII.

4.3.2.12. Testagem da Hipótese Específica 29

A testagem da HE29 pode ser observada na Tabela 13.

Tabela 13: Análise de regressão, Variável Independente EASAVIC Sexualidade, Variável Dependente EIPC Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança.

Modelo	R	R ²	R ² ajustado	Erro padrão da estimativa	Acréscimo R ²	Acréscimo de F	gl1	gl2	Sig. do acréscimo de F
1	.398	.158	.018	2.04071	.158	1.129	4	24	.366
2	.400	.160	.022	2.08213	.002	.054	1	23	.818
3	.408	.167	.060	2.12077	.006	.170	1	22	.685
4	.478	.229	.080	2.13995	.062	.804	2	20	.462
5	.638	.407	.038	2.09786	.178	1.203	4	16	.348
6	.744	.554	.167	1.87941	.147	4.936	1	15	.042

Tal como se pode observar, o modelo 6 dá um contributo significativo ($p = .042$) para a explicação da variável dependente “Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança” e, portanto, a hipótese é confirmada.

4.3.2.13. Testagem das Hipóteses Específicas 30, 31, 32, 33, 34, 35, 35, 36, 37, 38 e 39

As Hipóteses Específicas 30, 31, 32, 33, 34, 35, 35, 36, 37, 38 e 39 relativas às variáveis dependentes Aceitação do Papel Parental, Prazer e Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança não foram confirmadas. Neste sentido, as respetivas análises de regressão não são apresentadas, podendo ser consultadas no Anexo CXIV ao Anexo CXIII.

5. Discussão e Conclusões

Começando por discutir os resultados relativos às mães, ao concretizar as análises de regressão, esperava-se que, ao introduzir a variável independente Tempos Livres, surgisse um contributo significativo para a explicação da variância estatística da variável Prazer (Hipótese Específica 13) e da variância estatística da variável Aceitação do Papel Parental (Hipótese Específica 15). Na amostra em estudo, verificou-se que a satisfação conjugal em relação aos Tempos Livres, isto é, a satisfação em relação à quantidade e qualidade dos tempos livres passados em casal, apresenta efetivamente um contributo significativo para a explicação das variáveis dependentes anteriormente referidas ($p = .023$ e $p = .007$, respetivamente). Ao efetuar as correlações entre as variáveis mencionadas, pode afirmar-se que quanto maior o nível de satisfação com os Tempos Livres maior o grau de Prazer relativamente ao Investimento Parental que as mães fazem nos filhos (Anexo LVIII), assim como, quanto maior o nível de satisfação com os Tempos Livres maior o grau de Aceitação do Papel Parental (Anexo LX). Aqui, pode concluir-se que a forma como as mães percebem os tempos livres passados com o seu companheiro, ou seja, a qualidade e a quantidade dos Tempos Livres em casal parecem contribuir para o prazer que experimentam na sua relação com os filhos e na forma como aceitam o seu papel nessa mesma relação. Esta conclusão vai de encontro ao sugerido por pesquisas anteriores, ao propor que as emoções, os afetos e a disposição gerados na comunicação conjugal podem influenciar a relação entre pais e filhos (Erel & Burman, 1995; cit. in Krishnakumar & Buehler, 2000).

Relativamente à variável independente Comunicação e Conflitos, no caso das mães, previa-se que esta evidenciasse contributos significativos para a explicação da variância estatística da variável Prazer (Hipótese Específica 19). Deste modo, para aquela variável, os dados obtidos, evidenciaram níveis de significância para a explicação da variável dependente ($p = .017$). Ao analisarmos as correlações em detalhe, pode concluir-se que quanto maior o nível de satisfação conjugal em relação à Comunicação e Conflitos, maior o grau de prazer percebido no Investimento Parental (Anexo LXIV). Deste modo, pode concluir-se que a satisfação em relação à Comunicação e Conflitos no casal, isto é, o agrado em relação à frequência, qualidade e tema de diálogo, frequência de conflitos e resolução de conflitos que existe na relação conjugal parece estar relacionado com mais alegria e prazer na relação que as mães experimentam com o filho, incluindo mais afeto e maior desejo de passar tempo com o filho. O facto de os cônjuges conversarem sobre as dificuldades do quotidiano e conterem a frequência dos seus conflitos parece promover uma maior coesão no ambiente familiar e, conseqüentemente, isso reflete-se na forma como percebem a relação com os filhos.

Na variável independente Intimidade Emocional pressupunha-se que esta evidenciasse um contributo significativo para a explicação da variância estatística da variável Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança, tanto para a mãe como para o pai (Hipótese

Específica 23-Mãe e Hipótese Específica 23-Pai). Os resultados evidenciaram níveis de significância para a explicação da variável dependente ($p = .035$ e $p = .014$, respectivamente). Através das correlações realizadas, verificou-se que quanto maior o grau de Intimidade Emocional percebido maior o grau de Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (Anexo LXVIII e Anexo CVII). Deste modo, podemos afirmar que, na presente investigação, quanto maior for a percepção de apoio emocional mútuo, a partilha de interesses e atividades e a atenção que cada um dedica aos interesses do outro enquanto casal maior será a sensibilidade e o conhecimento dos pais perante as necessidades da criança.

Especificamente na variável independente Rede Social, esperava-se que esta evidenciasse um contributo significativo para a explicação da variância estatística da variável Prazer relativamente ao Investimento Parental (Hipótese Específica 25) e da variância estatística das variáveis Aceitação do Papel Parental (Hipótese Específica 27-Mãe e Hipótese Específica 27-Pai). Os resultados evidenciaram níveis de significância para a explicação das variáveis dependentes ($p = .013$, $p = .003$, $p = .012$, respectivamente). As correlações mostram que quanto maior o grau de satisfação com a Rede Social, maior o grau em que cada mãe sente prazer na relação que investe no filho, assim como, melhor será a aceitação do papel parental tanto pela mãe como pelo pai (Anexo LXX, Anexo LXXII e Anexo CXI). Ou seja, parece que quanto mais satisfeitos os pais e mães estão em relação às relações de amizade, relações com a família de origem de cada um e com a profissão de cada um maior será a incorporação desse valor na identidade pessoal e isso refletir-se nas escolhas consistentes por parte do casal em agir no melhor interesse do filho e, deste modo, mais prazer as mães parecem retirar na relação que têm com o filho.

Relativamente à variável independente Sexualidade, previa-se que esta evidenciasse contributos significativos para a explicação da variância estatística da variável Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança, tanto para a mãe como para o pai (Hipótese Específica 29-Mãe e Hipótese Específica 29-Pai). Deste modo, para estas variáveis, os dados obtidos, evidenciaram níveis de significância para a explicação da variável dependente ($p = .014$ e $p = .042$, respectivamente). Ao analisarmos as correlações em detalhe, pode concluir-se que quanto maior o nível de satisfação conjugal em relação à Sexualidade, maior o grau de Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (Anexo LXXIV e Anexo CXIII). Deste modo, pode concluir-se que a satisfação do casal em relação à Sexualidade, isto é, o agrado em relação à frequência e qualidade das relações sexuais, desejo sexual de cada um pelo outro e o prazer de cada um nas relações sexuais maior será a possibilidade de os pais serem mais sensíveis e mais conhecedores das necessidades dos filhos. Aqui, pode pensar-se que quando o casal se encontra mais satisfeito com a sua vida sexual, os dois elementos do casal podem sentir-se mais unidos física e emocionalmente e esta união poderá refletir-se na forma como ambos se posicionam em relação às necessidades dos filhos.

Especificamente, na variável independente Triangulação, relativamente às mães, esperava-

se que esta evidenciasse um contributo significativo para a explicação da variância estatística da variável Aceitação do Papel Parental (Hipótese Específica 36). Os resultados evidenciaram níveis de significância para a explicação da variável dependente ($p = .046$). As correlações mostram que quanto menor o grau de Triangulação, maior o grau de Aceitação do Papel Parental (Anexo LXXXI). Ou seja, parece que quanto menor for o grau no qual o pai cria uma aliança com o filho que menospreze ou exclua a mãe, do ponto de vista da mãe, maior será a consistência das escolhas por parte das mães em agir no melhor interesse do filho. A conclusão retirada desta hipótese está de acordo com aquilo que se conhece sobre o apoio no relacionamento coparental; estas alianças, muitas das vezes, deformam os comportamentos coparentais, pois o progenitor excluído da triangulação encontra dificuldade para desempenhar as suas práticas parentais, uma vez que o outro parceiro coparental participa e incentiva o desrespeito da sua autoridade por parte do filho. Principalmente, quando os pais são casados, o apoio do parceiro parece ser uma fonte especialmente importante de apoio social (Quinton, Rutter, & Liddle, 1985; cit. in Feinberg, 2003) e está associada ao ajustamento materno, à competência dos pais e aos melhores resultados conjugais (Dunn, 1988; Pasch & Bradbury, 1998; cit. in Feinberg, 2003).

Em relação aos resultados obtidos apenas pelos pais, ao concretizar as análises de regressão, esperava-se que, ao introduzir a variável independente Tempos Livres, surgisse um contributo significativo para a explicação da variância estatística da variável Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (Hipótese Específica 14). Na amostra em estudo, verificou-se que a satisfação conjugal em relação aos Tempos Livres, isto é, a satisfação em relação à quantidade e qualidade dos tempos livres passados em casal, apresenta efetivamente um contributo significativo para a explicação da variável dependente ($p = .029$). Ao efetuar as correlações entre as variáveis mencionadas, pode afirmar-se que quanto maior o nível de satisfação com os Tempos Livres maior o grau de Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (Anexo XCVIII). Aqui, pode concluir-se que a forma como os pais percebem os tempos livres passados com a sua companheira, ou seja, a qualidade e a quantidade dos tempos de lazer entre o casal parecem contribuir para a sensibilidade e o conhecimento básico que desenvolveram perante as necessidades dos filhos. Pode, aqui, pensar-se que, possivelmente, momentos prazerosos passados com a companheira auxiliam na disponibilidade emocional que o pai desenvolve para se dedicar de forma positiva e sensível às necessidades do filho.

Analisando, ainda, os resultados obtidos pelos pais, ao concretizar as análises de regressão, esperava-se que, ao introduzir a variável independente Autonomia, surgisse um contributo significativo para a explicação da variância estatística da variável Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (Hipótese Específica 17). Na amostra em questão, verificou-se que a satisfação conjugal em relação à Autonomia, isto é, a satisfação em relação à autonomia e privacidade de cada um apresenta, efetivamente, um contributo significativo para a explicação da variável dependente ($p = .015$). Ao efetuar as correlações entre as variáveis mencionadas, pode

afirmar-se que quanto maior o nível de satisfação com a Autonomia maior o grau de Sensibilidade e Conhecimento Básico das Necessidades da Criança (Anexo CI). Esta conclusão permite inferir que a garantia de privacidade dos pais está relacionada com maior sensibilidade e conhecimento perante as necessidades dos filhos, isto é, parece importante na percepção dos homens desta amostra que exista autonomia e privacidade na relação conjugal e isso parece auxiliar a forma como sentem e conhecem as necessidades dos seus filhos.

Por outro lado, em relação às hipóteses que não se confirmaram, devemos colocar em destaque que, ao contrário do que esperávamos, o Consenso Diádico, a Satisfação Diádica e a Coesão Diádica não conseguem prever a forma como os pais investem na sua relação com os filhos. Deste modo, podemos concluir que, na presente investigação, o ajustamento conjugal não se revelou um bom preditor do investimento parental. O facto de a satisfação com os vários aspetos da relação conjugal se ter mostrado interessante para a explicação do investimento parental, ao contrário do que aconteceu com o ajustamento conjugal, pode levar-nos a pensar que não é o grau de acordo em relação aos aspetos da vida em casal nem a forma como esta relação tende a ser consensual e coesa que influenciam a relação que os pais têm com os filhos mas sim a forma como se sentem ou não satisfeitos em relação aos vários aspetos específicos que constituem a sua conjugalidade.

Também, não foi possível concluir que as várias dimensões da Coparentalidade, isto é, a Triangulação, o Conflito e a Cooperação consigam prever o Investimento Parental em ambos os pais. Não parece ser possível afirmar quanto mais os pais se apoiam, valorizam e respeitam um ao outro enquanto pais maior será o grau de investimento parental. Entre os pais entrevistados, o grau de conflito no que concerne às questões da parentalidade, a frequência com que os pais discutem ou estão em desacordo acerca do filho e o quanto se menosprezam mutuamente enquanto pais também não parece influenciar a percepção que os pais têm do investimento que fazem nos filhos. Em relação à dimensão Triangulação que diz respeito ao grau no qual um dos pais cria um aliança com o filho que menospreza ou exclui o outro progenitor parece prever de forma significativa a aceitação do papel parental das mães mas não se revela importante para os outros aspectos do investimento parental, bem como, não se revela importante para a explicação de nenhum dos factores do investimento parental dos pais. Uma possível explicação para que estas hipóteses não tenham sido confirmadas, ainda que teoricamente apresentem uma importância relevante, pode estar relacionada com a idade dos filhos dos participantes. Uma vez que as idades se encontram entre os oito e os catorze meses, é possível que os pais ainda não se tenham defrontado com dificuldades acrescidas no que diz respeito ao acordo ou desacordo em relação às suas práticas parentais. Também é possível que em outras fases do desenvolvimento existam percepções diferentes das que foram aqui encontradas. Podemos ainda colocar a questão de que a coparentalidade possa ser entendida pelo envolvimento conjunto e recíproco de ambos os pais na

educação, formação e decisões sobre a vida dos seus filhos (Feinberg, 2003) e que, sendo a coparentalidade um termo conceptual que se refere às formas como os pais ou as figuras parentais de uma criança se relacionam entre si no que respeita ao exercício dos papéis parentais, pode pensar-se que as dimensões coparentais possam não influenciar o investimento individual que cada pai faça no filho, tal como foi avaliado neste estudo, estando mais relacionadas com um construto mais relacionado com um investimento conjunto.

Parece possível concluir que num relacionamento conjugal saudável, o clima positivo e o afeto gerado na relação permitem que os pais se envolvam em práticas parentais mais positivas, envolventes, consistentes e possivelmente proporcionadoras de comportamentos igualmente positivos.

5.1. Limitações

Relativamente às limitações da presente investigação, não se pode deixar de referir que estamos perante uma amostra de tamanho reduzido, portanto as conclusões obtidas não se podem generalizar à população Portuguesa.

O contexto de recolha da amostra nem sempre foi o mais indicado, uma vez que a recolha foi realizada em instituições de ensino e que nem sempre foi possível garantir o silêncio necessário para o preenchimento dos questionários. A forma de obtenção dos questionários preenchidos pelos pais também não foi a mais apropriada, uma vez que eram as mães que entregavam os questionários aos companheiros. Seria preferível existir um contacto directo da investigadora com todos os pais de forma a existir um esclarecimento de dúvidas e uma explicação presencial do estudo em questão. Ainda assim, foi entregue uma “Folha de Informação ao Participante” a cada pai. Futuramente, em outras investigações, seria interessante existir uma entrevista com cada pai e com cada mãe.

As idades compreendidas entre os oito e catorze meses também podem ser uma limitação do presente estudo, pelo que, seria interessante um alargamento das faixas etárias que proporcionasse a compreensão das dimensões avaliadas em diferentes fases do desenvolvimento. Em investigações futuras, seria interessante realizar uma recolha mais alargada ao nível das várias faixas etárias, ao mesmo tempo que seria proveitoso recolher informações sobre as percepções dos próprios filhos em relação ao investimento de cada pai na relação parental.

Margolin, Gordis e John (2001) sugerem que a forma como os cônjuges se relacionam em torno das questões e funções da parentalidade (coparentalidade) pode mediar a associação entre relações conjugais e relações entre pais e filhos. Ou seja, a coparentalidade pode ser uma ligação que explica a relação entre o funcionamento conjugal e parental. No presente estudo, não foi possível analisar esta associação entre a coparentalidade, o funcionamento conjugal e a parentalidade, pelo que, seria interessante em investigações futuras a dimensão da coparentalidade

ser estudada não apenas como preditora do investimento parental mas entender também a sua relação com a conjugalidade. Por fim, importa salientar que as reações das crianças às práticas parentais perturbadas podem promover ainda mais a discórdia conjugal e práticas parentais mais disfuncionais (Krishnakumar & Buehler, 2000). Além disso, a expressão de conflito hostil em casamentos problemáticos pode ter impacto nas práticas parentais que, por sua vez, afetam o desenvolvimento emocional saudável dos filhos. Seria, também, interessante explorar esta temática do impacto dos problemas conjugais no desenvolvimento emocional dos filhos.

Bibliografia

- Ainsworth, M., Blehar, M., Waters, Z., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: a psychological study of the strange situation*. Hillsdale, NJ: Lawrence Earlbaum Associates.
- Barrett, L., Dunbar, R. & Lycett, J. (2002). *Human evolutionary psychology*. New York: Palgrave Macmillan.
- Bradley, R.H. Whiteside-Mansell, L. & Brisby, J.A. (1997). Parents' Socioemotional Investment in Children. *Journal of Marriage and Family*, 59, 77-90.
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: A process model. *Child Development*, 55, 83-96.
- Belsky, J. (1997). Attachment, mating and parenting: An evolutionary interpretation. *Human Nature*, 8, 361-381.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: experiments by nature and design*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bowlby, J. (1958). The nature of the child's ties to his mother. *International Journal of Psychoanalysis*, 39, 350-373.
- Bowlby, J. (1979). *The making and breaking of affectional bounds*. London: Tavistock/Routledge.
- Caldera, Y. M., & Lindsey, E. W. (2006). Coparenting, mother-infant interaction, and infant-parent attachment relationships in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 20(2), 275.
- Clutton-Brock, T.H. (1991). *The evolution of parental care*. Princeton, NJ: Princeton University Press. DOI: 10.1016/0169-5347(92)90116-S

- Davies, P. T., & Cummings, E. M. (1998). Exploring children's emotional security as a mediator of the link between marital relations and child adjustment. *Child development*, 69 (1), 124-139. DOI:10.1111/j.1467-8624.1998.tb06138.x
- Falcke, D., Diehl, J. A. & Wagner, A. (2002). Satisfação conjugal na atualidade. In A. Wagner (Ed.), *Família em cena: tramas, dramas e transformações* (pp. 172-188). Petrópolis: Vozes.
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3 (2), 95-131. DOI: 10.1207/s15327922PAR0302 01
- Féres-Carneiro, T., & Diniz Neto, O. (2010). Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais. *Paidéia*, 20(6), 269-278.
- Féres-Carneiro, T. (1998). Contemporary marriage: the difficult association between individuality and conjugality. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11 (2), 379-394.
- Gameiro, S., Martinho, B., Canavarro, M. C., Moura-Ramos, M., (2008). Estudos Psicométricos da Escala de Investimento Parental na Criança. *Psychologica*, 48, 77-99.
- Giddens, A. (1992). *A Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP.
- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in twoparent families. *Journal of Family Psychology*, 15, 3-21. doi:10.1037/0893-3200.15.1.3
- Margolin, G. (2005). Children's exposure to violence: Exploring developmental pathways to diverse outcomes. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 72-81. DOI: 10.1177/0886260504268371

- Narciso, I. & Costa, M. (1996). Amores Satisfeitos, mas não Perfeitos. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 12, 115-130.
- Narciso, I., & Ribeiro, M. T (2009). *Olhares sobre a Conjugalidade*. Lisboa: Coisas de Ler.
- Pereira, M.G. (2003). *Revised Dyadic Adjustment Scale. Versão de Investigação*. Braga: Escola de Psicologia, Universidade do Minho. DOI: 10.9788/TP2012.2-07
- Pedro, M., & Ribeiro, M. T. (2015). Adaptação Portuguesa do Questionário de Coparentalidade: Análise Fatorial Confirmatória e Estudos de Validade e Fiabilidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(1), 116-125. DOI: 10.1590/1678-7153.201528113
- Rhoades, K. A. (2008). Children's Responses to Interparental Conflict: A Meta-Analysis of Their Associations With Child Adjustment. *Child development*, 79 (6), 1942-1956. DOI: 10.1111/j.1467-8624.2008.01235.x.
- Rodrigues, A., Figueiredo, B., Pacheco, A., Costa, R., Cabeleira, C., & Magarinho, R. (2012). Memória de cuidados na infância, estilo de vinculação e qualidade da relação com pessoas significativas: Estudo com grávidas adolescentes. *Análise Psicológica*, 22 (4), 643-665.
- Sousa, J. (2006). As famílias como projectos de vida: O desenvolvimento de competências resilientes na conjugalidade e na parentalidade. *Saber (e) Educar* 11, 41-47.
- Spanier, G. B. (1976). Measuring Dyadic Adjustment: New scales for assessing the quality of marriage and similar dyads. *Journal of Marriage and the Family*, 38(1), 15-28
- Krishnakumar, A., & Buehler, C. (2000). Interparental conflict and parenting behaviors: A meta-analytic review. *Family Relations*, 49 (1), 25-44. DOI: 10.1111/j.1741-3729.2000.00025.x

